

Informações trimestrais

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

30 de junho de 2014
com Relatório dos Auditores Independentes sobre a
revisão de Informações Trimestrais

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Informações Trimestrais

30 de junho de 2014 e 2013

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre a revisão de informações trimestrais..... 1

Informações financeiras intermediárias

Balanços patrimoniais.....	3
Demonstrações dos resultados.....	5
Demonstrações do resultado abrangente.....	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	8
Demonstrações do valor adicionado.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	10



Centro Empresarial Iguatemi
Av. Washington Soares, 55
Sala 508 – Edson Queiroz
60811-341 - Fortaleza, CE, Brasil

Tel: (5585) 3392-5600
Fax: (5585) 3392-5659
ey.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Administradores e Acionistas da
Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”
Belém - PA

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Centrais Elétricas do Pará S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Recuperação Judicial

Sem ressaltar nossa conclusão, chamamos a atenção para o fato de a Companhia estar em recuperação judicial. Conforme nota explicativa 1, em 01 de setembro de 2012, a Assembleia Geral de Credores aprovou o Plano de Recuperação Judicial apresentado pela Companhia. Essa condição indica a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. As informações trimestrais foram preparadas levando-se em conta que o Plano de Recuperação Judicial da Companhia será executado com êxito.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2014, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Fortaleza (CE), 08 de agosto de 2014.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/O-6-S-PA



Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC – PE 020.728/O-7-S-PA

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Balancos patrimoniais
Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	30/06/2014	31/12/2013
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	191.955	109.294
Investimentos de curto prazo	5	230.403	130.106
Contas a receber de clientes	6	609.602	560.455
Impostos e contribuições a recuperar	7.1	71.011	74.518
Impostos sobre o lucro a recuperar	7.2	22.171	10.788
Recuperação de custo de energia e encargos		-	1.032
Aquisição de combustível - conta CCC	8	205.813	94.346
Estoques		22.112	13.944
Instrumentos financeiros derivativos	30	-	4.287
Serviços pedidos		94.996	68.941
Sub-rogação da CCC	10	-	-
Depósitos judiciais	17	553	1.395
Outros créditos a receber	11	45.398	26.644
Total do ativo circulante		1.494.014	1.095.750
Ativo não circulante			
Contas a receber de clientes	6	60.578	34.932
Instrumentos financeiros derivativos	30	-	232
Impostos e contribuições a recuperar	7.1	51.839	24.716
Impostos sobre o lucro a recuperar	7.2	32.823	33.207
Depósitos judiciais	17	101.067	130.544
Ativo financeiro da concessão	9	750.721	600.544
Sub-rogação da CCC - Valores Aplicados	10	188.774	185.688
Outros créditos a receber	11	66.157	66.028
Investimento Intangível		7.042	7.130
	12	2.206.105	2.290.965
Total do ativo não circulante		3.465.106	3.373.986
Total do ativo		4.959.120	4.469.736

Passivo e patrimônio líquido	Nota	30/06/2014	31/12/2013
Circulante			
Fornecedores	13	695.315	477.143
Empréstimos e financiamentos	14	394.512	10.683
Folha de Pagamento		27.886	33.721
Impostos e contribuições a recolher	15	187.159	198.217
Instrumentos financeiros derivativos	30	11.092	-
Taxas regulamentares		668	365
Partes relacionadas	18	1.366	-
Pesquisa e Desenvolvimento e eficiência energética	19	63.723	53.735
Indenizações trabalhistas		20	20
Recuperação judicial	20	81.260	85.254
Outras contas a pagar	21	140.193	142.173
Total do passivo circulante		1.603.194	1.001.311
Exigível a longo prazo			
Empréstimos e financiamentos	14	1.291.193	1.523.627
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	17	259.225	265.798
Impostos e contribuições a recolher	15	261.330	299.503
Instrumentos financeiros derivativos	30	7.779	-
Partes relacionadas	18	536.270	416.147
Pesquisa e Desenvolvimento e eficiência energética	19	63.107	60.090
Recuperação judicial	20	291.916	332.620
Plano de aposentadoria e pensão		25.533	25.533
Adiantamento para futuro aumento de capital	18	306.000	50.000
Outras contas a pagar	21	146.508	101.030
Total do Passivo não circulante		3.188.861	3.074.348
Patrimônio Líquido			
Capital Social	22.1	924.524	924.524
Reservas de Reavaliação	22.2	236.091	252.705
Outros resultados abrangentes		(4.291)	(4.291)
Prejuízos acumulados		(989.259)	(778.861)
Total do Patrimônio Líquido		167.065	394.077
Total do passivo e patrimônio Líquido		4.959.120	4.469.736

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Demonstrações de resultados
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

		01/04/2014 à		01/04/2013 à	
	Nota	30/06/2014	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2013
Receita operacional líquida	24	1.504.124	799.231	1.097.191	567.083
Custos de energia, construção e operação	25	(1.462.350)	(849.880)	(1.073.578)	(588.662)
Custo de energia elétrica e construção		(1.261.737)	(756.870)	(923.176)	(503.625)
Custo de construção		(306.036)	(181.175)	(164.887)	(76.835)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição		(38.269)	(19.090)	(34.226)	(14.213)
Energia elétrica comprada para revenda	26	(1.281.370)	(690.229)	(847.975)	(431.475)
Recuperação de custos de energia - CDE	26	363.938	133.624	123.912	18.898
Custo de operação		(200.613)	(93.010)	(150.402)	(85.037)
Arrendamentos e alugueis		(4.661)	(2.157)	(1.677)	(1.230)
Depreciação e amortização		(75.406)	(40.888)	(59.700)	(29.995)
Material		(9.189)	(5.102)	(1.769)	(657)
Pessoal		(42.459)	(21.909)	(43.783)	(23.862)
Serviços de terceiros		(75.472)	(38.486)	(61.245)	(43.557)
Subvenção - CCC		9.521	16.401	18.830	14.417
Outros		(2.947)	(869)	(1.058)	(153)
Lucro (prejuízo) operacional bruto		41.774	(50.649)	23.613	(21.579)
Despesas e Receitas Operacionais		(179.243)	(91.037)	(164.340)	(69.897)
Amortização		(4.091)	(2.030)	(3.632)	(2.186)
Despesa com pessoal de administradores		(4.125)	(2.021)	(2.243)	(1.129)
Despesas com vendas	25	(69.730)	(36.100)	(44.324)	(21.907)
Despesas administrativas	25	(55.850)	(31.752)	(64.495)	(18.511)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas com créditos incobráveis		(34.716)	(12.585)	(40.781)	(19.596)
Provisão para plano de aposentadoria		-	-	(589)	-
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas		2.113	441	1.078	707
Outras despesas e receitas		(12.844)	(6.990)	(9.354)	(7.275)
Resultado operacional, antes do resultado financeiro, do IR e CS		(137.469)	(141.686)	(140.727)	(91.476)
Resultado Financeiro	27	(89.543)	(63.504)	(85.232)	(71.101)
Despesas financeiras		(237.506)	(98.268)	(177.696)	(111.672)
Receitas financeiras		147.963	34.764	92.464	40.571
Resultado operacional		(227.012)	(205.190)	(225.959)	(162.577)
Resultado antes do IR e CS	16.2	(227.012)	(205.190)	(225.959)	(162.577)
Imposto de Renda e Contribuição Social		-	8.943	-	-
Ct		-	2.369	-	-
Imposto de renda		-	6.574	-	-
Diferido		-	-	8.356	1.585
		-	8.943	8.356	1.585
Prejuízo do período		(227.012)	(196.247)	(217.603)	(160.992)
Prejuízo do período básico e diluído por lote de mil ações - R\$	28	(0,11901)	(0,10288)	(0,3084)	(0,2282)
Quantidade de ações no final do período	28	1.907.449	1.907.449	705.545	705.545

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Demonstrações de resultados abrangentes
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

	30/06/2014	01/04/2014 30/06/2014	30/06/2013	01/04/2013 30/06/2013
Prejuízo do período	(227.012)	(196.247)	(160.992)	(217.603)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	36
Imposto diferido sobre ganhos e perdas com plano de pensão	-	-	-	(19)
Reconhecimento de ganhos e perdas com plano de pensão	-	-	-	55
Resultado abrangente total do período	(227.012)	(196.247)	(160.992)	(217.567)
Prejuízo do período básico e diluído por lote de mil ações - R\$	(0,11901)	(0,10288)	(0,2282)	(0,3084)
Quantidade de ações no final do período	1.907.449	1.907.449	705.545	705.545

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de Reavaliação	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido antes dos recursos destinados para aumento de capital	Recursos destinados para aumento de capital	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2013 (reapresentado)	518.932	284.814	(4.327)	(1.045.966)	(246.547)	350.983	104.436
Prejuízo do período	-	-	-	(217.603)	(217.603)	-	(217.603)
Aumento do capital	405.592	-	-	-	405.592	(405.592)	-
Baixa da reserva de reavaliação	-	(4.951)	-	4.951	-	-	-
Imposto diferido sobre ganhos e perdas com plano de pensão	-	-	(19)	-	(19)	-	(19)
Realização da reserva de reavaliação	-	(20.062)	-	20.062	-	-	-
Reconhecimento de ganhos e perdas com plano de pensão	-	-	55	-	55	-	55
Recursos destinados a aumento de capital	-	-	-	-	-	54.609	54.609
Tributos sobre a realização ou baixa da reserva de reavaliação	-	8.504	-	(8.504)	-	-	-
Saldo em 30 de junho de 2013	924.524	268.305	(4.291)	(1.247.060)	(58.522)	-	(58.522)
Saldo em 01 de janeiro de 2014	924.524	252.705	(4.291)	(778.861)	394.077	-	394.077
Prejuízo do período	-	-	-	(227.012)	(227.012)	-	(227.012)
Baixa da reserva de reavaliação(Nota 22.3)	-	(6.062)	-	6.062	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação (Nota 22.3)	-	(19.111)	-	19.111	-	-	-
Tributos sobre a realização ou baixa da reserva de reavaliação (Nota 22.3)	-	8.559	-	(8.559)	-	-	-
Saldo em 30 de junho de 2014	924.524	236.091	(4.291)	(989.259)	167.065	-	167.065

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

	<u>30/06/2014</u>	<u>30/06/2013</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Atividades operacionais		
Prejuízo do período	(227.012)	(217.603)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa		
Ajuste a valor presente de recebíveis	2.223	(20.793)
Amortização	79.497	68.739
Amortização do custo de transação	3.999	-
Atualização financeira do ativo financeiro	(19.927)	(7.595)
Despesas de juros	10.324	44.546
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(8.356)
Perda na venda de intangível / Imobilizado	14.765	22.510
Perdas cambiais de atividades financeiras	(7.892)	19.285
Perdas cambiais instrumentos financeiros derivativos	4.519	-
Provisão (reversão) para crédito de liquidação duvidosa e perda com créditos incobráveis	30.703	40.781
Provisão (reversão) para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	(6.573)	6.720
Rendimentos de aplicações financeiras	(12.387)	(5.212)
	<u>(127.761)</u>	<u>(56.978)</u>
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante		
Aquisição de combustível por conta CCC	(111.467)	10.303
Ativo financeiro de concessão	(130.250)	(54.011)
Contas a receber de clientes	(107.719)	92.188
Depósitos judiciais	30.319	(60.423)
Estoques	(8.168)	(1.601)
Impostos e contribuições a recuperar	(23.616)	5.783
Impostos sobre o lucro a recuperar	(10.999)	(2.495)
Recuperação de custos de energia e encargos	1.032	(5.310)
Serviços pedidos e outros	(26.055)	(5.766)
Sub-rogação da CCC	-	-
Outros créditos a receber	(18.883)	(24.199)
	<u>(405.806)</u>	<u>(45.531)</u>
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante		
Fornecedores	218.172	65.700
Impostos e contribuições a recolher	(49.231)	(108.113)
Indenizações trabalhistas	-	(212)
Instrumentos Financeiros e Derivativos	18.871	-
Juros pagos	(8.108)	(7.680)
Obrigações estimadas, folhas de pagamento	(5.835)	(3.487)
Partes relacionadas	121.489	(1.359)
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	13.005	8.856
Plano de aposentadoria e pensão	-	589
Taxa de iluminação pública	2.508	(15.246)
Taxas regulamentares a pagar	303	(10.191)
Outras contas a pagar	40.990	(25.247)
	<u>352.164</u>	<u>(96.390)</u>
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	<u>(181.403)</u>	<u>(198.899)</u>
Atividades de investimentos		
Aquisições no ativo intangível	(12.400)	32.948
Resgates/Aplicações financeiras	(87.910)	145.022
Fluxo de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	<u>(100.310)</u>	<u>177.970</u>
Atividades de financiamento		
Amortização de empréstimos e financiamentos	(58.628)	(486)
Captação de empréstimos e financiamentos	211.700	59.124
Recuperação Judicial	(44.698)	(2.819)
Recurso destinado para aumento de capital	256.000	54.609
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	<u>364.374</u>	<u>110.428</u>
Acréscimo no caixa e equivalentes de caixa	<u>82.661</u>	<u>89.499</u>
Demonstração do acréscimo no caixa e equivalentes a caixa		
Saldo inicial de disponibilidades	109.294	68.850
Saldo final de disponibilidades	191.955	158.349
Acréscimo no caixa e equivalentes a caixa	<u>82.661</u>	<u>89.499</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Demonstrações do valor adicionado
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

	30/06/2014	30/06/2013
Receitas		
Vendas de produtos e serviços	1.716.948	1.351.769
Receitas de construção	306.036	164.887
Provisão (reversão) de processos cíveis fiscais e trabalhistas	2.113	1.078
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perda com créditos incobráveis	(50.456)	(40.781)
Provisão plano de aposentadoria e pensão	-	(589)
Outras despesas / receitas não recorrentes	(12.531)	(6.635)
Outras despesas/receitas operacionais	(38)	(2.722)
	<u>1.962.072</u>	<u>1.467.007</u>
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	(1.261.737)	(923.175)
Matéria - prima e insumo para produtos de energia elétrica	(126.108)	(126.434)
Materiais energia serviços de terceiros e outros	(165.472)	145.264
Subvenções de Combustível - CCC	135.629	(148.425)
	<u>(1.417.688)</u>	<u>(1.052.770)</u>
Valor adicionado (aplicado) bruto	<u>544.384</u>	<u>414.237</u>
Amortização	<u>(79.497)</u>	<u>(63.332)</u>
Valor adicionado líquido gerado (aplicado) pela Companhia	<u>464.887</u>	<u>350.905</u>
Valor adicionado recebido em transferência	147.963	92.464
Receitas financeiras	147.963	92.464
Valor adicionado total a distribuir	<u>612.850</u>	<u>443.369</u>
Distribuição do valor adicionado		
Empregados		
Benefícios	22.304	14.019
FGTS	4.706	10.901
Remuneração direta	34.582	22.189
Outros	14.243	21.292
	<u>75.835</u>	<u>68.401</u>
Tributos		
Federais	170.991	135.899
Estaduais	348.950	275.209
Municipais	2.323	-
	<u>522.264</u>	<u>411.108</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Aluguéis	4.257	3.768
Juros	94.609	88.048
Encargos com parte relacionada	1.366	-
Outras despesas financeiras	141.531	89.647
	<u>241.763</u>	<u>181.463</u>
Remuneração de capitais próprios		
Prejuízo do período	(227.012)	(217.603)
	<u>(227.012)</u>	<u>(217.603)</u>
Valor adicionado	<u>612.850</u>	<u>443.369</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado).

1 Informações sobre a Companhia

A Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – em Recuperação Judicial (“Companhia” ou “CELPA”) é uma sociedade por ações de capital aberto, brasileira, com sede na cidade de Belém – PA, que atua na distribuição e geração de energia elétrica na área de sua concessão legal que abrange todo o Estado do Pará com 1.247.955 km², atendendo 2.106.018 consumidores em 144 municípios, tendo suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

O Pará concentra em seu território cerca de 34% de toda a extensão da bacia amazônica (mais de um milhão de km²) e seu potencial hidrelétrico é avaliado em mais de 61 mil MW. Esse potencial está distribuído em nove grandes bacias, destacando-se a do Rio Tocantins, onde foi implantada a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, inaugurada em 1984.

A Companhia é controlada pela Equatorial Energia S.A. (“Equatorial” ou “Controladora”), empresa com sede em São Luís no Estado do Maranhão que tem por objetivo a participação em outras sociedades, sempre no setor de energia elétrica, prioritariamente em operações de geração ou distribuição de energia elétrica.

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2014, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo de R\$ 109.180 e prejuízo de R\$ 227.012, resultados esses impactados principalmente pelo descompasso entre o custo da energia comprada que está contida na tarifa e o custo real de aquisição.

O IFRS e BR GAAP não permitem o reconhecimento dos Ativos e Passivos Regulatórios (diferenças entre o realizado e o previsto nas tarifas) cujo saldo líquido (ativo – passivo) no período findo em 30 de junho de 2014 é de R\$ 324.035. Caso esse ativo fosse reconhecido, teríamos um capital circulante líquido positivo de R\$ 214.855. Esse ativo deverá ser gradativamente reconhecido a partir de 07 de agosto, nos reajustes tarifários dos anos de 2014 no percentual de 80% e no ano de 2015 os 20% restantes, e será percebido como incremento de receita, iniciando assim a reversão dessa posição do capital circulante líquido negativo.

Adicionalmente, cerca de R\$ 200.700 contidos no passivo circulante, na linha de Empréstimos e Financiamentos, referentes ao empréstimo-ponte do Itaú que deverá ser quitado com a primeira liberação do financiamento junto ao BNDES, quando esta parcela passará para o passivo não circulante, resolvendo em definitivo a situação de capital circulante líquido negativo.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

1 Informações sobre a Companhia -- Continuação.

Por fim, ressaltamos que o Grupo Equatorial vem cumprindo rigorosamente o plano de recuperação judicial tendo, inclusive, viabilizado e concluído o aporte de R\$ 700 milhões definido no plano. Ressaltamos ainda que a Equatorial encontra-se com robusta condição econômico-financeira, o que confere à Celpa uma garantia adicional na manutenção de suas atividades.

Recuperação judicial

O plano de recuperação judicial vigente à Companhia foi consolidado e aprovado no dia 01 de setembro de 2012 na 13ª Vara Cível de Belém e os documentos pertinentes ao processo em questão, estão expostos no site da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

O plano de recuperação judicial vigente à Companhia foi consolidado e aprovado no dia 01 de setembro de 2012 na 13ª Vara Cível de Belém e os documentos pertinentes ao processo em questão, estão expostos no site da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Companhia e o Controlador vêm cumprindo rigorosamente o plano de recuperação judicial, inclusive com o aporte de R\$ 700 milhões definido no plano já integralmente realizado.

Plano de transição

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio do Despacho nº 2.913 de 18 de setembro de 2012, deu provimento parcial às solicitações constantes da Proposta de Transição apresentada pela empresa Equatorial Energia S/A, ainda com vistas à aquisição do controle da Companhia, por meio da Resolução Autorizativa nº 3.731 de 30 de outubro de 2012. A ANEEL, neste sentido, autorizou a Companhia a destinar os recursos das compensações por violação dos limites de qualidade até sua próxima revisão tarifária de 2015, para a realização de investimentos na área de concessão, como parte do Plano de Transição. Há ainda o Despacho nº 3.048 de 02 de outubro de 2012, que alterou a trajetória de perdas não técnicas da RTP 2011, e cujo efeito está sendo considerado desde o reajuste anual, que ocorreu em agosto de 2013.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação

Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

2 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Conforme Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 182/1998, assinado em 28 de julho de 1998, o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 28 de julho de 2028, renovável por igual período.

Além do contrato de distribuição acima mencionado, a Companhia celebrou o Contrato de Concessão de Geração nº 181/1998 referente a 11 Usinas Termelétricas. O prazo de concessão para essas usinas é de 30 anos, vencendo em 28 de julho de 2028.

Segue abaixo as principais características das usinas:

	Capacidade total instalada MW	Capacidade total utilizada MW	Data da concessão	Data de vencimento
UTE Concessão de 11 Usinas Termelétricas, sendo as mais representativas com capacidade instalada acima de 2 MW: Santana do Araguaia, Jacareacanga e Cotijuba.	22,278	17,813	28/7/1998	28/7/2028

3 Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

As demonstrações financeiras intermediárias para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2014 foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de relatório financeiro IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Estas demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios contábeis consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, descritas na Nota 3 da referida demonstração e, portanto, devem ser analisadas em conjunto com essas demonstrações financeiras intermediárias.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

3 Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

A Companhia adotou todos os pronunciamentos, pronunciamentos revisados e interpretações emitidas pelo CPC e IASB que estavam em vigor em 30 de junho de 2014.

A emissão das informações trimestrais foi autorizada pela Administração em 08 de agosto de 2014.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2014	31/12/2013
Caixa e bancos	16.254	29.610
Equivalentes de caixa	175.701	79.684
Total	191.955	109.294

Equivalentes de caixa correspondem às operações realizadas junto às instituições financeiras que operam no Mercado Financeiro Nacional e possuem baixo risco de crédito, são remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), a percentual em torno de 85,95% do CDI (99,49% em 31 de dezembro de 2013) e estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. Estas operações têm vencimentos inferiores a 03 meses da data de contratação e com compromisso de recompra pelo emissor. A natureza das operações está demonstrada abaixo:

	30/06/2014	31/12/2013
CDB	129.988	9.526
Debêntures compromissadas	45.713	70.158
Total	175.701	79.684

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

5 Investimento de curto prazo

Modalidade	30/06/2014	31/12/2013
Fundos de investimentos (a)	227.884	114.547
Outros	2.519	15.559
Total	230.403	130.106

(a) Os fundos de investimentos representam operações de baixo risco com instituições financeiras de primeira linha lastreados em Títulos Públicos Federais, de acordo com a política de investimento da Companhia, são remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) ao percentual entre 90% e 105% (entre 90% e 105% em 31 de dezembro de 2013), classificados como mantidos para negociação.

6 Contas a receber de clientes

	30/06/2014	31/12/2013
Contas a receber de consumidores faturados	602.494	559.512
Contas a receber de consumidores não faturados	97.889	89.438
Parcelamentos de débitos	234.373	184.991
Parcelamentos de débitos - Ajuste a valor presente	(8.739)	(6.516)
Baixa renda (a)	19.082	24.801
Comercialização no âmbito do CCEE	6.388	6.388
Outras	44.094	31.471
Total	995.581	890.085
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(325.401)	(294.698)
Total de conta a receber de clientes	670.180	595.387
Total circulante	609.602	560.455
Total não circulante	60.578	34.932

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

6 Contas a receber de clientes--Continuação

(a) Baixa Renda

Por meio da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, foram unificados os critérios para concessão da tarifa social de energia elétrica (TSEE) em todo o Brasil, o que garante um desconto nas tarifas de energia elétrica para as famílias de baixa-renda. A mesma Lei, em seu artigo 13, criou mecanismo para compensar a perda de receita das distribuidoras gerada pelo desconto, por meio de uso de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, na forma de subvenção econômica.

Os procedimentos para a homologação da subvenção econômica para os consumidores integrantes da subclasse residencial de baixa renda foram estabelecidos pela Resolução Normativa nº 089, de 25 de outubro de 2004, e suas alterações. A Companhia apura, mensalmente, os valores de subvenção a serem recebidos, conforme o rito estabelecido por essa Resolução.

Em 2010 os critérios de concessão da tarifa social foram aprimorados por meio da Lei nº 12.212, regulamentada pela ANEEL através da REN 414/2010. Ainda em 13 de outubro de 2011, foi publicado o Decreto nº 7.583, que estabeleceu a concessão da CDE para os novos critérios da TSEE estabelecidos na nova lei.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Fornecimento faturado	31/12/2013	Provisões Adições	Reversões (Baixas)	30/06/2014
Contas a receber de consumidores faturados	245.386	42.327	(12.953)	274.760
Parcelamento	49.312	6.547	(5.218)	50.641
Total	294.698	48.874	(18.171)	325.401

Fornecimento faturado	31/12/2012	Provisões Adições	Reversões (Baixas)	31/12/2013
Contas a receber de consumidores faturados	333.300	86.636	(174.550)	245.386
Parcelamento	80.715	10.892	(42.295)	49.312
Total	414.015	97.528	(216.845)	294.698

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

6 Contas a receber de clientes--Continuação.

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) está de acordo com os critérios definidos segundo a melhor estimativa da Administração e considerando a Instrução Geral nº 6.3.2 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, a seguir resumidos:

Clientes com débitos relevantes

Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos aplicamos a regra abaixo:

- Dos 10.000 maiores devedores da CELPA, que possuem pelo menos uma fatura classificada como PDD, consideram-se os valores de parcelas que encontra-se na situação de lançamento futuro.
- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias; e
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - vencidos há mais 360 dias.

Os saldos vencidos e a vencer relativos ao fornecimento faturado de energia elétrica estão distribuídos da seguinte forma:

	30/06/2014			
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	89.478	102.052	155.805	347.335
Industrial	37.775	14.721	41.091	93.587
Comercial	46.801	26.284	25.895	98.980
Rural	3.238	5.535	15.111	23.884
Poder público	4.157	13.738	2.701	20.596
Iluminação pública	2.959	2.626	1.498	7.083
Serviço público	722	6.771	3.536	11.029
Fornecimento faturado	185.130	171.727	245.637	602.494

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

6 Contas a receber de clientes--Continuação

	31/12/2013			Total
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	
Residencial	72.569	73.698	159.249	305.516
Industrial	44.997	9.580	38.871	93.448
Comercial	50.469	23.754	24.885	99.108
Rural	3.456	5.836	12.791	22.083
Poder público	4.700	14.167	3.926	22.793
Iluminação pública	928	1.508	405	2.841
Serviço público	820	10.269	2.634	13.723
Fornecimento faturado	177.939	138.812	242.761	559.512

7 Impostos a recuperar

Os saldos do circulante e não circulante em decorrência das retenções ou antecipações legais estão demonstrados a seguir:

7.1 Impostos e contribuições a recuperar

Circulante	30/06/2014	31/12/2013
ICMS (a)	29.906	29.198
COFINS (b)	-	1.047
PIS a recuperar (b)	-	227
INSS (c)	646	692
PAEX a recuperar (d)	40.419	39.158
IRRF (e)	-	4.196
ISS (f)	40	-
Total	71.011	74.518
Não circulante		
ICMS (a)	38.362	22.556
COFINS (b)	11.342	-
FINSOCIAL g)	2.135	2.160
Total	51.839	24.716

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

7 Impostos a recuperar -- Continuação

7.1 Impostos e contribuições a recuperar--Continuação

- (a) Refere-se ao ICMS a compensar apurado na aquisição de bens do ativo imobilizado e que será recuperado em até 48 meses.
- (b) O grupo circulante refere-se a crédito tributário originário de pagamento a maior de PIS e COFINS, referente a dezembro de 2013, compensado em abril de 2014.
- (c) O saldo atual é originário de antecipações de benefícios (auxílio doença e salário maternidade, acidente de trabalho entre outras) aos colaboradores e restituídos mensalmente da folha de pagamento. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo contemplava valores pagos a maior de INSS (código 2100), já totalmente compensado no exercício de 2013.
- (d) Processo Administrativo nº 10280.0005233/2007-38, cuja finalidade é a restituição de débitos consolidados indevidamente e em duplicidade pela RFB no PAEX, reconhecido através do despacho decisório DRF/BEL/SECAT n.º 124/2010.
- (e) Valor referente a pagamento a maior de IRRF (código 0588), originário da competência setembro de 2013, cuja utilização ocorreu em janeiro de 2014 contra débitos de PIS e COFINS de mesma competência;
- (f) Foi constituído em 2014 crédito de ISS QN, originário de incentivo fiscal Municipal lei 7.850/97. O grupo não circulante é composto do crédito de REFIS, onde se aguarda homologação de ofício.
- (g) Processo Administrativo nº 10280.013060/99-14 referente ao Pedido de Restituição de FINSOCIAL recolhido com alíquota superior a 0,5% no período de novembro de 1989 a março de 1993 conforme Leis nº 7.787/1989, 7.894/1989 e 8.147/1990. Valor reconhecido parcialmente conforme Comunicado 1486/2009 da RFB. A Companhia interpôs recurso voluntário que aguarda distribuição no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, onde pleiteia a totalidade do crédito fiscal.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

7 Impostos a recuperar -- Continuação

7.2 Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar

Circulante	30/06/2014	31/12/2013
IRRF sobre aplicação financeira	3.781	6.549
IRPJ/CSLL a Restituir (h)	18.390	4.239
Total	22.171	10.788
Não Circulante		
IRPJ/CSLL a Restituir (h)	32.823	33.207
Total	32.823	33.207

- (h) Os valores registrados no grupo circulante são originários de antecipações do ano de 2014, e de valores retidos na fonte de Órgãos Públicos de IRRF, CSLL, PIS e COFINS. O grupo não circulante é composto de antecipações de IRPJ e CSLL do ano calendário 2004 e que estão sendo pagas através de parcelamento na forma da Lei 11.941/2009.

8 Aquisição de combustível - conta CCC

A Companhia detém em 30 de junho de 2014 crédito junto à Conta de Consumo de Combustível - “CCC” no montante de R\$ 205.813 (R\$ 94.346 em 31 de dezembro de 2013).

A Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) foi criada pelo Decreto nº 73.102, de 07 de novembro de 1973, com a finalidade de aglutinar o rateio dos custos relacionados ao consumo de combustíveis para a geração de energia termoeletrica nos sistemas isolados, especialmente na Região Norte do país o objetivo da Lei nº 12.111, de 09 de dezembro de 2009, é reembolsar os custos de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, incluindo os custos relativos à contratação de energia e de potência associada à geração própria para atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica, aos encargos do setor elétrico e impostos e, ainda, aos investimentos realizados, que deverá ocorrer através da Conta de Consumo de Combustíveis Fosseis - CCC.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
 Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando especificado)

9 Ativo financeiro da concessão

Refere-se à parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 – (R1) Contrato de Concessão e ICPC 17 – Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão. Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

A indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

	30/06/2014			31/12/2013		
	Custo	(-) Obrigações Concessão Vinculadas à	Valor líquido	Custo	(-) Obrigações Concessão Vinculadas à	Valor líquido
Em serviço	1.078.066	(327.345)	750.721	906.438	(305.894)	600.544

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está assim apresentada:

	31/12/2013	VNR (a)	Capitalização	Baixas	30/06/2014
Ativo financeiro	906.438	29.090	142.804	(266)	1.078.066
Obrigações especiais (b)	(305.894)	(9.163)	(12.288)	-	(327.345)
Ativo financeiro	600.544	19.927	130.516	(266)	750.721

	31/12/2013	VNR (a)	Capitalização	Baixas	30/06/2013
Ativo financeiro	674.127	12.268	89.908	(3.843)	772.460
Obrigações especiais (b)	(245.886)	(4.673)	(32.054)	-	(282.613)
Ativo financeiro	428.241	7.595	57.854	(3.843)	489.847

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

9 Ativo financeiro da concessão -- Continuação

(a) Valor novo de reposição

Em 11 de setembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória 579, que dispõe sobre a prorrogação e licitação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências. Tal medida provisória foi convertida em 11 de janeiro de 2013 na Lei no. 12.783.

De acordo com este normativo legal, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente.

(b) Obrigações Especiais

Representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica.

10 Sub - rogação da CCC

Em conformidade com as disposições da Resolução ANEEL nº 784, de 24 de dezembro de 2002, e Resolução Autorizativa - ANEEL nº 1.999, de 07 de julho de 2009, alterada pela Resolução Autorizativa - ANEEL nº 3.405 de 27 de março de 2012 a Companhia foi enquadrada na sub-rogação dos benefícios do rateio da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, referente à implantação do projeto elétrico de interligação da Ilha do Marajó ao Sistema Interligado Nacional – SIN, proporcionando a redução do dispêndio da CCC, que contribui para a modicidade das tarifas aos consumidores finais.

O valor do investimento reconhecido e aprovado pela ANEEL para a sub-rogação é de R\$ 465.198, correspondente a 100% do montante aprovado.

O benefício foi dividido em duas fases distintas. Na 1ª fase, a Companhia tem um valor aprovado de sub-rogação de R\$ 184.660 e, na 2ª fase, um valor aprovado de R\$ 280.538.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

10 Sub - rogação da CCC --Continuação

O Despacho ANEEL nº 4.722, de 18 de dezembro de 2009, para aplicação nas publicações do exercício de 2009 trata nos itens 53 e 54, a respeito da contabilização do subsídio recebido pela concessionária oriundo do fundo da CCC em virtude de obras que visam à desativação de usinas térmicas e consequente redução de óleo diesel no processo de geração de energia em nosso país.

O mencionado despacho determina que todos os valores já recebidos ou aprovados sejam registrados no grupo de contas “223 - Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica”. Dentro desse grupo é feita a segregação dos valores já efetivamente recebidos e dos valores pendentes de recebimento que já foram aprovados pelo órgão regulador.

Do valor sub-rogado, foram aplicados até 30 de junho de 2014, relativos à 1a fase, o valor de R\$ 188.774 (R\$ 185.688 em 31 de dezembro de 2013).

10.1 Sub - rogação – CCC - rateio benéfico

	31/12/2013	Transferências para obras	Parcela recebida	30/06/2014
Valores Aplicados	185.688	3.086	-	188.774
Valores a aplicar	279.510	(3.086)	(4.010)	272.414
Pendente de recebimento	-	-	4.010	4.010
Total	465.198	-	-	465.198

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
 Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando especificado)

10 Sub - rogação da CCC -- Continuação

10.1 Sub - rogação – CCC - rateio benefício

A CELPA tem registrado os valores referentes a esse subsídio da seguinte forma:

Obra	Status	Valor Aplicado	Valor Sub-rogado	Valor a receber
LT Tucuruí/Cametá	Em curso	9.589	9.598	9.589
LT Parada do Bento/Portel	Concluída	56.287	57.165	56.287
LT Portel/Breves	Concluída	48.461	32.913	32.913
LT Portel/Bagre	Concluída	15.487	8.067	8.067
LT Breves/Melgaço	Concluída	11.909	3.796	3.796
LT Breves/Curralinho	Concluída	22.121	10.440	10.440
SE Tucuruí - Vila	Concluída	7.163	6.873	6.873
SE Tucuruí - Vila	Em curso	118	-	-
SE Cametá	Concluída	8.077	9.000	8.077
SE Cametá	Em curso	115	-	115
SE Portel	Concluída	10.915	15.525	10.915
SE Portel	Em curso	459	-	459
SE Breves	Concluída	17.382	13.876	13.876
SE Bagre	Concluída	2.922	1.998	1.998
SE Melgaço	Concluída	2.667	1.998	1.998
SE Curralinho	Concluída	2.694	1.998	1.998
SE Parada do Bento	Concluída	10.064	11.413	10.064
SE Parada do Bento	Em curso	227	-	227
Subtotal - 1ª fase		226.657	184.660	177.692
LT Cachoeira do Arari/Anajás	Em curso	-	12.601	-
LT Ponta de Pedras/Cachoeira do Arari	Em curso	101	31.332	101
LT Cachoeira do Arari/Salvaterra	Em curso	94	15.340	94
LT Salvaterra / Soure	Em curso	130	2.098	130
LT Ponta de Pedras/TAP Muaná	Em curso	-	10.887	-
LT Tap Muaná/TAP S.S. da Boa Vista	Em curso	-	12.371	-
LT Chaves/Afuá	Em curso	-	5.060	-
LT Cachoeira do Arari/Santa Cruz do Arari	Em curso	122	15.340	122
LT Vila do Conde/Ponta de Pedras (aérea)	Em curso	-	3.390	-
Travesia subfluvia Baía do Marajó - Vila do Conde/Ponta de Pedras	Em curso	9.637	41.530	9.637
LT Cachoeira do Arari/Chaves	Em curso	-	29.691	-
LT Tap Muaná/Muaná	Em curso	-	2.474	-
LT Tap S.S. da Boa Vista/Breves	Em curso	36	8.660	36
LT TAP S.S. da Boa Vista/S. S. da Boa Vista	Em curso	-	21.278	-
SE Anajás	Em curso	-	2.448	-
SE Afuá	Em curso	-	2.648	-
SE Chaves	Em curso	-	2.494	-
SE Cachoeira do Arari	Em curso	-	12.820	-
SE Santa Cruz do Arari	Em curso	-	2.644	-
SE Salvaterra	Em curso	-	11.656	-
SE Soure	Em curso	-	6.526	-
SE Ponta de Pedras	Em curso	432	12.970	432
SE Muaná	Em curso	-	6.141	-
SE São Sebastião da Boa Vista	Em curso	-	6.107	-
SE Vila do Conde	Em curso	743	530	530
SE Breves	Em curso	-	1.502	-
Subtotal - 2ª fase		11.295	280.538	11.082
Total		237.952	465.198	188.774

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
 Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando especificado)

11 Outros créditos a receber

	30/06/2014		31/12/2013	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Adiantamentos a fornecedores	13.202	-	9.465	-
Alienação de bens e direitos	6.772	-	2.657	-
Caução em garantia (a)	-	31.123	-	30.995
Créditos em conta de energia elétrica	3.245	-	2.968	-
Despesas pagas antecipadamente	4.151	-	3.781	-
Valores a liberar (b)	-	35.026	-	35.026
Valores a recuperar de empregados	741	-	900	-
Outros créditos a receber	17.287	8	6.873	7
Total	45.398	66.157	26.644	66.028

(a) Em cumprimento às exigências contratuais do contrato de Dívida de Médio e Longo Prazo (DMLP) junto a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Bônus de Desconto e Bônus ao Par, são mantidas garantias constituídas em forma de caução em dinheiro junto a STN e que se destinam a amortizar os valores de principal destes empréstimos, cujo vencimento se dá em 15 de abril de 2024.

(b) Refere-se ao saldo de bloqueios decorrentes de demandas de credores financeiros sobre recebíveis e demais garantias referentes aos contratos de financiamento repactuados através do Plano de Recuperação Judicial, destacando-se: Banco Daycoval (R\$16.287) e Banco Panamericano (R\$12.760).

12 Intangível

O ativo intangível está constituído da seguinte forma:

	30/06/2014				
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Em serviço	4,35%	4.156.416	(1.636.018)	(855.363)	1.665.035
Em curso		946.339	-	(405.269)	541.070
Total		5.102.755	(1.636.018)	(1.260.632)	2.206.105

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
 Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando especificado)

12 Intangível -- Continuação

	31/12/2013				
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Em serviço	4,23%	3.915.948	(1.546.337)	(847.490)	1.522.121
Em curso		1.041.429	-	(272.585)	768.844
Total		4.957.377	(1.546.337)	(1.120.075)	2.290.965

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis até agosto de 2028, conforme ICPC01.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, a infraestrutura utilizada na distribuição de energia elétrica é vinculada a esses serviços, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL.

A Resolução nº 20 da ANEEL, de 03 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação dos bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo a autorização prévia para desvinculação da infraestrutura inservível à concessão, quando destinada à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na própria concessão.

A mutação do ativo intangível está demonstrada abaixo:

	31/12/2013	Adições	Baixas	Capitalização (a)	30/06/2014
Em Serviço	3.915.948	-	(35.922)	276.390	4.156.416
(-) Amortização	(1.546.337)	(109.333)	19.652	-	(1.636.018)
Total em serviço	2.369.611	(109.333)	(16.270)	276.390	2.520.398
Em curso	1.041.429	324.104	-	(419.194)	946.339
Total	3.411.040	214.771	(16.270)	(142.804)	3.466.737
Obrigações especiais (b)	(1.346.459)	(184.274)	1.505	12.288	(1.516.940)
(-) Amortização	226.384	29.924	-	-	256.308
Total em obrigações especiais	(1.120.075)	(154.350)	1.505	12.288	(1.260.632)
Total	2.290.965	60.421	(14.765)	(130.516)	2.206.105

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

12 Intangível -- Continuação

	31/12/2012	Adições	Baixas	Capitalização (a)	31/12/2013
Em Serviço	3.743.651	-	(104.380)	276.677	3.915.948
(-) Amortização	(1.398.821)	(195.399)	47.883	-	(1.546.337)
Total em serviço	2.344.830	(195.399)	(56.497)	276.677	2.369.611
Em curso	1.099.235	420.604	-	(478.410)	1.041.429
Total	3.444.065	225.205	(56.497)	(201.733)	3.411.040
Obrigações especiais (b)	(1.236.153)	(163.130)	8.099	44.725	(1.346.459)
(-) Amortização	170.406	55.978	-	-	226.384
Total em obrigações especiais	(1.065.747)	(107.152)	8.099	44.725	(1.120.075)
Total	2.378.318	118.053	(48.398)	(157.008)	2.290.965

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis até julho de 2028, conforme ICPC01.

- (a) Capitalizações correspondem às transferências do intangível em curso para o intangível em serviço e ativo financeiro em serviço da concessão.
- (b) Obrigações Especiais representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica.

Intangível em curso

O saldo do intangível em curso está constituído da seguinte forma:

	30/06/2014	31/12/2013
Obras em andamento	768.787	884.947
Materiais em depósito	113.556	88.206
Adiantamento a fornecedores	63.996	68.276
Total	946.339	1.041.429

Do valor total dos materiais em depósito, o montante de R\$ 66.554 (R\$24.148 em 31 de dezembro de 2013), representa material em depósito para atender as necessidades do Programa Luz para Todos e se refere principalmente a postes, transformadores, cabos, medidores, conversores de potência, dentre outros, para utilização nas obras em andamento.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
 Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando especificado)

13 Fornecedores

	30/06/2014	31/12/2013
Aquisição de combustível	169.322	94.346
Encargos de uso da rede elétrica	3.123	2.999
Materiais e serviços	192.439	140.752
Retenção Contratual de Fornecedores	6.833	-
Suprimento de energia elétrica	323.598	239.046
Total	695.315	477.143

14 Empréstimos e financiamentos

	30/06/2014			
	Custo Médio Da dívida (%a.a.)	Circulante Principal e encargos	Não Circulante Principal e encargos	Total
Moeda Nacional:				
Eletrobrás	6,89%	8.054	63.277	71.331
FINAME	9,45%	782	628	1.410
Leasings	12,65%	57	-	57
GIRO IBM	9,71%	3.781	6.964	10.745
Crédito RJ (a)	6,08%	-	857.648	857.648
GIRO NPS ITAÚ	11,01%	200.734	-	200.734
Subtotal	7,03%	213.408	928.517	1.141.925
(-) Custo de transação	-	(329)	(10)	(339)
Total Moeda Nacional	7,03%	213.079	928.507	1.141.586
Moeda Estrangeira:				
Crédito RJ (a)	5,28%	-	144.484	144.484
Tesouro Nacional	4,75%	2.246	40.245	42.491
CCBI ITAÚ (b)	3,10%	96.219	95.433	191.652
CCBI CITIBANK (b)	3,34%	84.625	84.057	168.682
Subtotal	3,88%	183.090	364.219	547.309
(-) Custo de transação	-	(1.657)	(1.533)	(3.190)
Total Moeda Estrangeira	3,90%	181.433	362.686	544.119
Total geral	6,02%	394.512	1.291.193	1.685.705

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

14 Empréstimos e financiamentos--Continuação

	31/12/2013			Total
	Custo médio da dívida (% a.a.)	Circulante Principal e encargos	Não circulante Principal e encargos	
Moeda Nacional:				
Eletrobrás	6,89%	8.055	67.304	75.359
FINAME	9,55%	784	1.010	1.794
Leasings	11,11%	224	21	245
Crédito RJ (a)	6,05%	-	885.392	885.392
Subtotal	6,12%	9.063	953.727	962.790
(-) Custo de transação	-	(995)	(721)	(1.716)
Total Moeda Nacional	6,13%	8.068	953.006	961.074
Moeda Estrangeira:				-
Crédito RJ (a)	5,28%	-	149.750	149.750
Tesouro Nacional	6,03%	3.348	42.806	46.154
CCBI ITAÚ	2,64%	535	203.007	203.542
CCBI CITIBANK	5,23%	389	179.215	179.604
Subtotal	4,39%	4.272	574.778	579.050
(-) Custo de transação	-	(1.657)	(4.157)	(5.814)
Total Moeda Estrangeira	4,44%	2.615	570.621	573.236
				-
Total geral	5,50%	10.683	1.523.627	1.534.310

Em 30 de junho de 2014, a Companhia registrou o montante de R\$ 1.685.705 (R\$ 1.534.310 em 31 de dezembro de 2013), referente a Empréstimos e Financiamentos, sendo R\$ 394.512 de curto prazo e R\$ 1.291.193 de longo prazo (R\$ 10.683 de curto prazo e R\$ 1.523.627 de longo prazo em 31 de dezembro de 2013) a um custo médio de 6,02% a.a., equivalente a 61,91% do CDI (5,50% a.a., equivalente a 68,19% do CDI, em 31 de dezembro de 2013).

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação

Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

14 Empréstimos e financiamentos -- Continuação

- (a) Crédito RJ se refere aos créditos dos credores financeiros do Plano de Recuperação Judicial da CELPA, cujas taxas e prazos foram repactuados em conformidade com o estabelecido no Plano. Com isso, houve reestruturação dos credores por tipo de crédito de forma a conceder maior fôlego financeiro a Companhia, o que culminou com o alongamento da dívida significativamente, dilatado e reduzida, a correção.
- (b) Estas operações possuem swap de câmbio e taxa de juros associados para anular os efeitos de exposição ao dólar e libor, hedge das operações.

Em 30 de junho de 2014, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos tinham os seguintes vencimentos:

Vencimento	30/06/2014		31/12/2013	
	Valor	%	Valor	%
Circulante	394.512	23,4%	10.683	0,7%
2015	185.546	11,0%	391.037	25,5%
2016	11.669	0,7%	8.327	0,5%
2017	10.005	0,6%	8.055	0,5%
Após 2017	1.085.516	64,4%	1.121.086	73,1%
Total	1.292.736	76,7%	1.528.505	99,6%
Custo de captação (Não circulante)	(1.543)	(0,1%)	(4.878)	(0,3%)
Não circulante	1.291.193	76,6%	1.523.627	99,3%
Total	1.685.705	100%	1.534.310	100%

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
 Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando especificado)

14 Empréstimos e financiamentos --Continuação

A mutação da conta de empréstimos e financiamentos está descrita a seguir:

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		Total
	Passivo Circulante	Passivo não circulante	Passivo Circulante	Passivo não circulante	
Saldo em 31/12/2013	8.068	953.006	2.615	570.621	1.534.310
Ingressos	200.000	11.700	-	-	211.700
Encargos	3.818	1.003	5.503	-	10.324
Variação monetária e cambial	2	22.883	(6.617)	(24.160)	(7.892)
Transferências de principal	49.263	(49.263)	186.399	(186.399)	-
Pagamentos de baixas de principal	(46.089)	(11.533)	(1.006)	-	(58.628)
Pagamentos de baixas de juros	(2.647)	-	(5.461)	-	(8.108)
Transferências de Transação	(711)	711	(2.624)	2.624	-
Apropriação de custo de transação	1.375	-	2.624	-	3.999
Saldo em 30/06/2014	213.079	928.507	181.433	362.686	1.685.705

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		Total
	Passivo Circulante	Passivo não circulante	Passivo Circulante	Passivo não circulante	
Saldo em 31/12/2012	307.476	932.602	92.546	560.360	1.892.984
Ingressos	50.000	9.124	-	375.000	434.124
Encargos	32.732	3.257	7.866	-	43.855
Variação monetária e cambial	2	48.017	1.805	39.142	88.966
Transferências	13.468	(13.468)	(316)	316	-
Pagamentos de baixas de principal	(360.695)	(26.526)	(1.911)	-	(389.132)
Transferência partes relacionadas (a)	-	-	(95.538)	(433.740)	(529.278)
Pagamentos de baixas de juros	(34.915)	-	(1.837)	-	(36.752)
Atualização	-	-	-	29.543	29.543
Saldo em 31/12/2013	8.068	953.006	2.615	570.621	1.534.310

(a) Refere-se à transferência da dívida dos Bond holders cedidas da Companhia à Equatorial Energia decorrente de operações entre partes relacionadas (vide nota 19).

Acompanhamento dos covenants dos empréstimos e financiamentos

Com a aprovação do Plano de Recuperação Judicial da CELPA em 01 de setembro de 2012, foi estabelecida a suspensão de cláusulas contratuais de vencimento antecipado e de covenants financeiros e não financeiros, salvo quando acordado entre as partes.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

15 Impostos e contribuições a recolher

Circulante	30/06/2014	31/12/2013
COFINS Parcelamento (c)	50.886	52.290
Encargos sociais e outros	5.905	6.691
ICMS (a)	58.905	57.222
ICMS Parcelamento (b)	33.888	40.097
INSS Parcelamento (c)	1.232	1.180
PIS Parcelamento (c)	11.668	11.363
PIS/COFINS	5.115	13.238
REFIS/PAES (c)	13.793	13.323
Outros	5.767	2.813
Total	187.159	198.217

Não circulante		
COFINS Parcelamento (c)	77.081	95.902
ICMS Parcelamento (b)	69.160	79.893
INSS Parcelamento (c)	2.567	3.048
PIS Parcelamento (c)	15.927	20.685
REFIS/PAES (c)	96.420	99.800
Outros	175	175
Total	261.330	299.503

- (a) Valor a recolher do ICMS corrente, referente ao período de apuração de junho de 2014, com vencimento em 10 de julho de 2014.
- (b) Parcelamentos concedidos pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ) originário de débitos de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, o qual será pago em parcelas mensais corrigidas pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC acrescido de 1% de juros, sendo que o último pagamento está previsto para ser liquidado 30 de outubro de 2017.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

15 Impostos e contribuições a recolher--Continuação

(c) Refere-se a saldos remanescentes do Parcelamento Excepcional – PAEX e dívidas não parceladas anteriormente com vencimentos até 30 de novembro de 2008, mantidos junto a Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, em função da adesão da Companhia, em setembro de 2009, às novas modalidades de parcelamentos instituídas pela Lei nº 11.941/2009. O valor de cada prestação será acrescido de juros correspondentes à variação da taxa SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia. As parcelas relativas ao principal dos parcelamentos têm os seguintes vencimentos:

Descrição	Saldo em 30/06/2014	Parcelas					
		2014	2015	2016	2017	2018	2019 A 2024
Parcelamentos	269.575	40.047	80.094	54.744	32.573	13.793	48.144

Descrição	Saldo em 31/12/2013	Parcelas					
		2014	2015	2016	2017	2018	Após 2018
Parcelamentos	297.591	78.156	78.156	52.875	28.574	13.323	46.507

16 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias considerando as suas projeções de lucro tributável.

Os créditos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais não possuem prazo de prescrição e os seus efeitos financeiros ocorrerão no momento da sua realização. O imposto de renda é calculado à alíquota de 25%, considerando o adicional de 10% e a contribuição social foi constituída à alíquota de 9%.

Desta forma, os referidos créditos fiscais estão contabilizados no ativo não circulante, considerando a expectativa de sua realização, sendo observado o limite de 30% para compensação anual com lucros tributáveis, conforme determinação do CPC 26.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

16 Imposto de renda e contribuição social diferidos --Continuação

16.1 Composição dos créditos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A composição do IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias é apresentada a seguir:

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
IRPJ e CSLL diferenças temporárias	187.599	166.096
IRPJ e CSLL sobre reserva de reavaliação	(120.132)	(128.691)
Provisão para realização	(67.467)	(37.405)
Total	-	-

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Contingências	88.137	90.371
PCLD	110.723	100.197
Ajustes RTT (Lei 11.638/2008)	(31.330)	(30.252)
Outras	11.388	(2.903)
Provisão Fundo de pensão	8.681	8.682
IRPJ e CSLL diferenças temporárias	187.599	166.096

A Companhia possui prejuízos fiscais e base negativa de CSLL não reconhecidos em seu ativo em 31 de dezembro de 2013, por não atender as condições previstas no CPC 32 e na deliberação CVM nº 371/2002. Tais créditos de IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 269.513 e R\$ 103.498, respectivamente, não possuem prazo de prescrição.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
 Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando especificado)

16 Imposto de renda e contribuição social diferidos --Continuação

16.2 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) debitada em resultado, nos períodos de 30 de junho de 2014 e 2013, é demonstrada como segue:

	30/06/2014		30/06/2013	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Prejuízo contábil antes do imposto (IRPJ) de renda e da contribuição social (CSLL)	(227.012)	(227.012)	(225.959)	(225.959)
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	-	-	-	-
Adições :				
Provisão para contingências	64.806	23.330	(58.527)	(21.070)
Provisão para crédito de liquidação Duvidosa	7.739	2.786	(122.190)	(43.988)
Ajustes RTT (Lei 11.638/2008)	18.014	6.485	(3.186)	(1.147)
IRPJ/CSLL sobre reserva de reavaliação	6.293	2.266	(6.253)	(2.251)
Provisão Fundo de pensão	6.383	2.298	3.649	1.314
Outras despesas não dedutíveis	11.556	4.160	(743)	(267)
Total	114.791	41.325	(187.250)	(67.409)
Exclusões:				
Reversões de provisões, reposicionamento tarifário diferido e ativos Regulatório	(72.895)	(26.242)	176.857	62.153
Ajustes RTT (Lei 11.638/2008)	(18.807)	(6.770)	5.198	1.871
Outras	(985)	(355)	165	59
Total	(92.687)	(33.367)	182.220	64.083
Prejuízo fiscal e base negativa não reconhecida	-	-	(51.460)	(17.010)
IRPJ e CSLL	22.104	7.958	-	-
Provisão para realização	(22.104)	(7.958)	-	-
Alíquota efetiva (excluindo IRPJ/CSLL Diferidos)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Ativo Fiscal Diferido	-	-	5.030	3.326
IRPJ e CSLL no resultado do período	-	-	5.030	3.326
Alíquota efetiva com ativo fiscal Diferido	0,00%	0,00%	-2,23%	-1,47%

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação

Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

17 Provisão para processos cíveis, fiscais, regulatórias e trabalhistas

A Companhia é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme segue:

	30/06/2014			31/12/2013		
	Valor das causas	Depósitos judiciais	Provisão líquida	Valor das causas	Depósitos judiciais	Provisão líquida
Cíveis (a)	58.864	(72.982)	(14.118)	59.726	(110.769)	(51.043)
Fiscais	-	(7)	(7)	80	(7)	73
Regulatórias	122.929	-	122.929	127.389	-	127.389
Trabalhistas	77.432	(28.631)	48.801	78.603	(21.163)	57.440
Total	259.225	(101.620)	157.605	265.798	(131.939)	133.859
Circulante	-	(553)	(553)	-	(1.395)	(1.395)
Não circulante	259.225	(101.067)	158.158	265.798	(130.544)	135.254
Total	259.225	(101.620)	157.605	265.798	(131.939)	133.859

(a) Dos valores de depósitos judiciais cíveis, R\$ 66.924 se referem a fluxos de contratos de cédulas bancárias que estão sendo depositados no âmbito do processo de recuperação judicial. Estes créditos foram listados no plano de recuperação judicial e foram impugnados pelas instituições financeiras credoras. Os valores permanecerão depositados em juízo até que seja proferida pela justiça uma decisão final de mérito sobre a sujeição ou não dos créditos ao regime recuperacional.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

17 Provisão para processos cíveis, fiscais, regulatórias e trabalhistas -- Continuação

Movimentação dos processos no período

	31/12/2013			30/06/2014
	Saldo Inicial	Adição à provisão	Reversão	Saldo Final
Cíveis	59.726	4.146	(5.008)	58.864
Fiscais	80	-	(80)	-
Regulatórias (i)	127.389	2.482	(6.942)	122.929
Trabalhistas	78.603	2.784	(3.955)	77.432
Total	265.798	9.412	(15.985)	259.225

	31/12/2012		31/12/2013	
	Saldo Inicial	Adição à provisão	Reversão	Saldo Final
Cíveis	59.768	6.443	(6.485)	59.726
Fiscais	80	-	-	80
Regulatórias (i)	85.234	43.645	(1.490)	127.389
Trabalhistas	82.307	24.133	(27.837)	78.603
Total	227.389	74.221	(35.812)	265.798

(i) Referem-se a processos provisionados relacionados a multas da Aneel que serão convertidos em obrigação especial através de TAC (Termo de Ajustamento de Conduta).

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

17 Provisão para processos cíveis, fiscais, regulatórias e trabalhistas -- Continuação

Cíveis

A Companhia figura como parte ré em 6.176 processos cíveis, sendo que 4.551 tramitam em Juizados Especiais, os quais, em sua grande maioria, referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores.

Os processos cíveis mais significativos envolvem ações indenizatórias questionando falha no fornecimento, acidentes com a rede de distribuição, morte por eletroplessão ou danos decorrentes da rescisão de contratos com fornecedores.

As demonstrações financeiras findas em 30 de junho de 2014 contemplam provisão de R\$ 58.864 (R\$ 59.726 em 31 de dezembro de 2013).

Além das perdas provisionadas, existem outras contingências cíveis cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 512.451 (R\$ 511.387 em 31 de dezembro de 2013) para as quais não foi constituída provisão. Os assuntos discutidos nos processos mais relevantes de diagnóstico possível na esfera cível são: Taxa de iluminação pública, nos quais os consumidores questionam a constitucionalidade da cobrança da antiga taxa; Falha no fornecimento de energia elétrica; e quebra de contrato, que são demandas nas quais antigos fornecedores da Companhia alegam desequilíbrio contratual e pleiteiam ressarcimento de danos decorrentes da execução dos contratos.

Fiscais

A Companhia figura como parte ré em 87 processos fiscais os quais versam sobre repasse de PIS e COFINS, ICMS, taxa de uso de ocupação do solo, dentre outros assuntos relativos a lançamentos e autuações fiscais.

As demonstrações financeiras findas em 30 de junho de 2014 contemplam provisão de R\$ 0 (R\$ 80 em 31 de dezembro de 2013).

Além das perdas provisionadas, existem outras contingências fiscais cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação da Gerência Jurídica e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 16.180 (R\$ 17.107 em 31 de dezembro de 2013) para as quais não foi constituída provisão. O assunto mais relevante é execução fiscal de ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviço.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

17 Provisão para processos cíveis, fiscais, regulatórias e trabalhistas -- Continuação

Regulatórias

Por se tratar de um monopólio natural e ser considerada como serviço essencial, a distribuição de energia elétrica possui uma rígida regulamentação e fiscalização, ambas realizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

O processo de fiscalização tem por objetivo educar e orientar os agentes de distribuição, transmissão e geração, quanto à qualidade do serviço prestado ao consumidor e o atendimento de suas obrigações contratuais e regulamentares. A ANEEL pode realizar as fiscalizações através das suas superintendências, ou delegar para as agências conveniadas. No caso da CELPA, a agência conveniada que presta serviço de fiscalização e ouvidoria para a ANEEL é a ARCON-PA.

O processo de fiscalização que resultar em multa aplicada, ainda tramita por decisão da superintendência de fiscalização, procuradoria da ANEEL e é avaliado por um dos diretores da agência, até seu julgamento final em reunião da diretoria, onde o processo será julgado por todos os diretores. Em todas as etapas a Companhia possui a oportunidade de expor seus argumentos diante das não conformidades apontadas e obter redução ou até mesmo o cancelamento das multas aplicadas.

Atualmente, a Companhia possui 22 processos de infração em tramitação na ANEEL que totalizam R\$ 69,2 milhões. Desses, R\$ 40 milhões devem ser convertidos em TAC (termo de ajustamento de conduta), conforme aprovado no plano de transição da Companhia, e seus valores serão revertidos em investimentos, reconhecidos como obrigações especiais, na melhoria do serviço prestado.

Trabalhistas

Atualmente, o passivo trabalhista é composto por 1.422 reclamações ajuizadas por ex-empregados da Companhia, com pedidos que variam entre verbas rescisórias, horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, doença ocupacional/reintegração, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias.

Dos processos trabalhistas existentes, constam 2 (duas) ações coletivas ajuizadas pelo Ministério Público do Trabalho e 10 (dez) ações coletivas movidas pelos Sindicatos representantes das categorias dos empregados, quais sejam:

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

17 Provisão para processos cíveis, fiscais, regulatórias e trabalhistas -- Continuação

Trabalhistas--Continuação

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Pará, Sindicato dos Engenheiros do Estado do Pará, Sindicato dos Eletricitários do Estado do Pará, as quais envolvem valores relevantes e versam sobre os seguintes temas: (i) duração do trabalho (excesso de jornada, concessão de intervalos; (ii) condições de medicina e meio-ambiente do trabalho; (iii) pagamento de adicional de periculosidade; (iv) dano moral decorrente de acidente de trabalho; (v) implementação das promoções, devidas em decorrência de Plano de Classificação de Cargos e Salários; (vi) diferença salarial em razão da isonomia constitucional; (vii) diferenças de periculosidade e do adicional para dirigir; (viii) vales alimentação e natalício; e (ix) demais vantagens e benefícios previstos no atual Acordo Coletivo de Trabalho da Empresa.

Existem outras duas ações relevantes propostas pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Pará e pelo Sindicato dos Eletricitários do Estado do Pará as quais postulam a incidência dos adicionais de periculosidade, horas extras, sobreaviso e noturno sobre a remuneração. O Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, em sede de Recurso Ordinário, excluiu o pagamento do adicional de sobreaviso sobre a periculosidade. O Tribunal Superior do Trabalho confirmou o Acórdão Regional, em todo o seu teor. Atualmente, os processos foram liquidados e se encontram em fase de execução. Os processos estão provisionados em R\$ 35.315 e R\$ 4.908.

As demonstrações financeiras findas em 30 de junho de 2014 contemplam provisão de R\$ 77.432 (R\$ 78.603 em 31 de dezembro de 2013).

Além das perdas provisionadas, existem outras contingências trabalhistas cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 32.891 (R\$ 23.785 em 31 de dezembro de 2013) para as quais não foi constituída provisão. As ações relevantes com diagnóstico possível versam sobre ação civil pública requerendo o pagamento de adicional de periculosidade aos colaboradores e reclamações trabalhistas individuais requerendo o pagamento de verbas rescisórias envolvendo empresas terceirizadas prestadoras de serviços, respondendo a Celpa apenas subsidiariamente nesses pleitos.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação

Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

17 Provisão para processos cíveis, fiscais, regulatórias e trabalhistas -- Continuação

A Companhia está sujeita às leis de preservação ambiental e aos respectivos regulamentos nas esferas Federal, Estadual e Municipal. A Companhia considera que a exposição aos riscos ambientais, baseada na avaliação dos dados disponíveis, no atendimento às leis e aos regulamentos aplicáveis, não apresenta impacto relevante em suas demonstrações financeiras ou no resultado de suas operações.

Os processos nos quais a Companhia é parte, bem como os depósitos judiciais a eles associados, são classificados em curto e longo prazo, de acordo com o prazo estimado de exigibilidade financeira. Nestes termos, a gerência jurídica classifica os processos de acordo com o foro de tramitação e a fase processual em que se encontram. Logo, se a expectativa de deslinde da ação judicial for de 12 (doze) meses ou menos, assim considerados os processos que tramitam nos juizados especiais e todos os demais que já se encontram em fase de liquidação ou execução, o processo será classificado como de “curto prazo”. Já se a expectativa de desenrolar da causa for maior que 12 (doze) meses, o processo será classificado como de “longo prazo”.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação

Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

18 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas decorrem de transações da Companhia com sua controladora, acionistas e suas partes relacionadas, profissionais-chaves da Administração (presidente e diretores) e outras partes relacionadas, conforme Deliberação CVM nº 560, de 11 de março de 2008, que aprovou o CPC 05 - Divulgações sobre Partes Relacionadas estão demonstradas a seguir:

Empresas	Natureza da operação	30/06/2014			31/12/2013	
		Vencimento	Passivo	Receita / Despesa	Passivo	Receita / Despesa
Equatorial Energia (Controladora)	Cessão de					
	Créditos (a)	31/08/2026	436.270	(20.123)	416.147	(17.390)
	Derivativos (b)	28/05/2013	-	-	-	(3.571)
	Mútuo	02/05/2016	101.366	(1.787)	-	-
	AFAC (c)	n.a.	306.000	-	-	-
			843.636		416.147	
Circulante			1.366		-	
Não Circulante			842.270		416.147	

- (a) Valores provenientes da aquisição direta ou indireta dos créditos constantes no Plano de Recuperação Judicial da CELPA.
- (b) A Companhia pactuou com a Equatorial Energia em 14 de dezembro de 2012, operação de SWAP para proteção cambial referente aos créditos dos Bond Holders cedidos à Equatorial no Plano de Recuperação Judicial; esta operação foi baixada no vencimento, que ocorreu em 28 de maio de 2013.
- (c) (Aporte para Futuro Aumento de Capital derivado da obrigação assumida pelo Controlador de aportar recursos novos no montante de R\$700 Milhões até dezembro de 2014, definido no Plano de Recuperação Judicial e no Plano de Transição da ANEEL. Obrigação plenamente cumprida em 4 de abril de 2014.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

18 Partes relacionadas--Continuação

Remuneração de pessoal-chave da Administração

A remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração e Diretoria foi fixada em até R\$8.500, conforme Assembleia Geral Ordinária, realizada em 24 de abril de 2014.

Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao período findo em 30 de junho de 2014:

Conselho de Administração

Remuneração fixa: 100%

Diretoria

Remuneração fixa: 49%

Remuneração variável: 51%

Remuneração do Conselho de Administração e Diretoria paga pela Companhia no período:

30/06/2014	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Números de membros	8	8	16
Remuneração fixa anual	546	2.154	2.700
Salário ou Pró-labore	455	1.388	1.843
Benefícios diretos e indiretos	91	766	857
Valor total da remuneração por órgão	546	2.154	2.700

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
 Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando especificado)

18 Partes relacionadas--Continuação

Garantias de partes relacionadas

A Companhia tem sua controladora, Equatorial Energia S.A, como sua avalista ou fiadora em 100% do montante do passivo para os contratos de financiamentos abaixo listados:

INSTITUIÇÃO	VALOR DO FINANCIAMENTO	% DO AVAL	INÍCIO	TÉRMINO	VALOR LIBERADO	30/06/2014
Banco Interamericano de Desenvolvimento (RJ)	121.095	100	01/09/2012	31/08/2026	121.095	144.484
Ministério da Fazenda - PGNF (Termo de Parcelamento de Débitos - 19/12/2012)	131.900	100	19/11/2012	19/10/2017	131.900	96.413
Banco Itaú (Capital de Giro CCBI)	200.000	100	25/11/2013	25/11/2015	200.000	191.425
Banco CitiBank (Capital de Giro CCBI)	175.000	100	25/11/2013	25/11/2015	175.000	168.518
Banco IBM (Capital de Giro)	11.700	100	22/01/2014	24/07/2017	11.700	10.746
Banco Itaú (Notas Promissórias)	200.000	100	17/06/2014	14/12/2014	200.000	200.734
Austral Seguradora (Garantia Judicial 2008.34.00.039764-6 - AI ANEEL nº 004/2007)	16.065	100	29/01/2013	29/01/2015	NA	NA
Austral Seguradora (Garantia Judicial 0021347-94.2009.4.01.3400 - AI ANEEL nº 001/2007)	11.386	100	01/05/2014	01/05/2016	NA	NA
Austral Seguradora (Garantia Judicial 50941-85.2011.4.01.3400 - AI ANEEL nº 008/2008)	15.710	100	01/05/2014	01/05/2016	NA	NA
Fairfax Brasil Seguros (Seguro Judicial nº. 12901-34-2011-4-01-3400 - AI ANEEL nº 009/2008)	4.075	100	13/06/2013	13/06/2015	NA	NA
Banco Itaú (Fiança Bancária - Beneficiário COMTRAFO)	2.280	100	20/05/2014	18/02/2015	NA	NA
Banco Itaú (Fiança Bancária - Beneficiário Duke Energy - nº. 100413100157100)	1.454	100	16/10/2013	31/12/2014	NA	NA
Banco Itaú (Fiança Bancária - Beneficiário Duke Energy - nº. 100413040186500)	1.329	100	11/04/2013	31/10/2014	NA	NA
Austral Seguradora (Garantia de Leilão 003/2008 - 48500.007395/2007-41)	59	100	19/03/2013	19/09/2014	NA	NA
Austral Seguradora (Garantia de Leilão 006/2013 - 48500.002921/2013-25)	122	100	01/04/2014	01/10/2014	NA	NA
Austral Seguradora (Garantia de Leilão 10/2013 A-5)	382	100	04/12/2013	02/10/2014	NA	NA
Austral Seguradora (Garantia de Leilão 005/2014 - 13º Leilão)	887	100	24/04/2014	24/10/2014	NA	NA
Austral Seguradora (Garantia de Leilão 003/2014 A-3)	66	100	28/05/2014	17/10/2014	NA	NA
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Segurado Terra industrial)	1.825	100	13/12/2013	13/12/2015	NA	NA
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Segurado Município de Marabá)	486	100	01/01/2014	01/01/2016	NA	NA
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Segurado Banco Guanabara S/A)	9.128	100	10/03/2014	10/03/2017	NA	NA
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Segurado PETROS)	36.808	100	10/03/2014	10/03/2017	NA	NA
Total	941.757				839.695	812.320

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

19 Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética.

	30/06/2014		31/12/2013	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	993	-	801	-
Ministério de Minas e Energia - MME	493	-	194	-
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	18.976	21.622	16.335	20.589
Programa de Eficiência Energética - PEE	43.261	41.485	36.405	39.501
Total	63.723	63.107	53.735	60.090

20 Recuperação judicial

	30/06/2014	31/12/2013
Credores Operacionais(a)	314.400	352.750
Encargos Setoriais (b)	82.344	89.513
Intragrupos (c)	63.686	61.896
(-) Ajuste a valor presente	(87.254)	(86.285)
Total	373.176	417.874
Circulante	81.260	85.254
Não circulante	291.916	332.620

- (a) Valores devidos aos credores ligados à operação da empresa, tais como prestadores de serviços, fornecedores de materiais, locatários, entre outros que foram homologados no âmbito do Plano de Recuperação Judicial da CELPA.
- (b) Refere-se aos encargos RGR, CCC, Taxa de fiscalização, CDE, Proinfra e MME parcelados no âmbito da Recuperação Judicial
- (c) Refere-se aos créditos detidos por empresas integrantes do antigo grupo controlador que se encontram parcelados no âmbito da recuperação Judicial.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

21 Outras contas a pagar

	30/06/2014		31/12/2013	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Adiantamento de consumidores (a)	32.620	-	31.903	-
ANEEL - Autos de Infração	5.569	12.066	5.334	14.225
Convênios de arrecadação	2.022	-	2.206	-
Créditos tributários - CCC (b)	-	131.340	-	83.708
Encargos tarifários	1.232	-	1.229	-
Entidades seguradoras	202	-	202	-
Multas regulatórias (c)	43.944	-	43.944	-
Taxa de iluminação pública	11.854	-	9.346	-
Outras contas a pagar (d)	42.750	3.102	48.009	3.097
Total	140.193	146.508	142.173	101.030

- (a) Refere-se a adiantamentos recebidos de consumidores com a finalidade de assegurar os investimentos necessários ao atendimento, pela Companhia, ao consumidor.
- (b) Refere-se a créditos tributários a restituir ao Fundo CCC conforme Resolução Normativa N° 427/11.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

21 Outras contas a pagar -- Continuação

- (c) Refere-se ao passivo por violação do limite de continuidade individual dos indicadores DIC (limite de continuidade estabelecido no período considerado para o indicador de duração de interrupção por unidade consumidora ou por ponto de conexão), FIC (limite de continuidade estabelecido no período considerado para o indicador de frequência de interrupção por unidade consumidora ou por ponto de conexão) e DMIC (limite de continuidade estabelecido no período considerado para o indicador de duração máxima de interrupção contínua por unidade consumidora ou por ponto de conexão). Em relação ao período de apuração (mensal, trimestral ou anual), a distribuidora deverá calcular a compensação ao consumidor e efetuar o crédito na fatura, apresentada em até dois meses após o período de apuração. No caso de violação do limite de continuidade individual do indicador DICRI (limite de continuidade estabelecido para o indicador de duração da interrupção individual ocorrida em dia crítico por unidade consumidora ou ponto de conexão), a distribuidora deverá calcular a compensação ao consumidor e efetuar o crédito na fatura, apresentada em até dois meses após o mês de ocorrência da interrupção. Cabe destacar que no plano de transição aprovado pela ANEEL a CELPA fica desobrigada até a próxima revisão tarifária em realizar as compensações aos consumidores pela violação dos indicadores de continuidade mencionados, ficando a empresa obrigada em contabilizar esses valores e realizar investimentos não remunerados (obrigações especiais).
- (d) Dos valores de Outras contas a pagar, R\$ 42.750, temos como principal composição R\$8.018 referente à provisão de honorários do Administrador e do Contador da Recuperação Judicial, R\$27.474 referente ao provisionamento para pagamento de custos operacionais a diversos prestadores de serviços

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

22 Patrimônio líquido

22.1 Capital social

O capital social da Companhia em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 924.524, representado por 1.907.449.807 ações escriturais, sem valor nominal, sendo: 1.902.996.369 ações ordinárias e 4.453.438 ações preferenciais, divididas em 2.166.816 preferenciais Classe “A”; 1.085.373 preferenciais Classe “B”; e 1.201.249 preferenciais Classe “C”, cuja composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais						Número de ações	
			A	%	B	%	C	%	Total	%
Equatorial Energia	1.834.096.369	96,38%	346.012	15,97%	2	0,00%	115.903	9,65%	1.834.558.286	96,18%
Eletrobrás	20.664.721	1,09%	121.339	5,60%	1.074.634	99,01%	-	0,00%	21.860.694	1,15%
Outros	48.235.279	2,53%	1.699.465	78,43%	10.737	0,99%	1.085.346	90,35%	51.030.827	2,67%
Total	1.902.996.369	100,00%	2.166.816	100,00%	1.085.373	100,00%	1.201.249	100,00%	1.907.449.807	100,00%

Em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) realizada em 26 de dezembro de 2012, os acionistas da Companhia autorizaram o aumento do seu capital social em até 572.000 (quinhentos e setenta e dois milhões de reais), mediante emissão de até 2.600.000.000 (dois bilhões e seiscientos milhões) de novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O preço de emissão por ação ordinária foi fixado em R\$ 0,22 (vinte e dois centavos) por ação.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de abril de 2013, os acionistas da Companhia homologaram parcialmente o aumento de capital mencionado acima, no valor de R\$405.592, mediante a emissão de 1.843.598.873 novas ações ordinárias, ao preço de R\$ 0,22 por ação, conforme aprovado na AGE realizada em 26 de dezembro de 2012.

Em reunião da diretoria realizada em 27 de setembro de 2013 foi aprovada absorção de prejuízos com recursos de sócios no montante de R\$ 433.741.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

22 Patrimônio líquido--Continuação

22.1 Capital social--Continuação

Os dividendos atribuídos às ações ordinárias não poderão ser superiores aos pagos a quaisquer das classes das ações preferenciais. Conforme estabelece o Estatuto da Companhia:

- As ações preferenciais de classe “A” têm direito a receber dividendo mínimo de 6% ao ano sobre o valor do capital representado por essa classe de ações;
- As ações preferenciais de classe “B” têm direito a receber dividendo mínimo de 10% ao ano sobre o valor do capital representado por essa classe de ações;
- As ações preferenciais de classe “C” têm direito a receber dividendo mínimo de 3% ao ano sobre o valor do capital representado por essa classe de ações.

22.2 Reserva de reavaliação

	30/06/2014	31/12/2013
Reserva de reavaliação	236.091	252.705

22.3 Movimentação da reserva de reavaliação

	31/12/2013	Quota de Reavaliação	Adição	Baixa	30/06/2014
Reserva de Reavaliação	382.886	(19.111)	-	(6.062)	357.713
Encargo tributário	(130.181)	-	8.559	-	(121.622)
Total	252.705	(19.111)	8.559	(6.062)	236.091

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

23 Receita operacional

Em 30 de junho de 2014 e 2013, a composição do fornecimento de energia elétrica pelas classes de consumidores é a seguinte:

	30/06/2014			30/06/2013		
	Nº de consumidores (*)	MWh (*)	R\$	Nº de consumidores (*)	MWh (*)	R\$
Residencial	1.805.802	1.578.383	723.743	1.671.826	1.299.456	514.606
Industrial	4.003	643.214	216.427	3.858	589.815	179.092
Comercial	157.585	820.103	402.440	149.853	774.847	343.665
Rural	118.171	98.095	34.294	119.875	96.645	28.822
Poder público	17.911	227.932	107.568	17.666	224.235	96.648
Iluminação pública	446	186.815	54.690	376	139.037	37.058
Serviço público	1.834	121.915	34.933	1.772	118.086	29.870
Consumo próprio	266	15.911	-	270	12.580	-
Receita pela Disponibilidade- Uso da Rede	-	-	11.419	-	-	9.158
Fornec. não faturado diferimento de TUSD	-	-	-	-	-	(2.288)
Baixa renda	-	-	79.841	-	-	38.325
Provisão redução tarifa - Irrigação	-	-	-	-	-	(25)
Suprimento CCEE	-	-	35.825	-	-	55.082
Receita de construção	-	-	306.036	-	-	164.887
Outras	-	-	15.768	-	-	21.756
Total	2.106.018	3.692.368	2.022.984	1.965.496	3.254.701	1.516.656

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

24 Receita operacional líquida

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	<u>30/06/2014</u>	<u>30/06/2013</u>
Receita bruta operacional		
Fornecimento de energia elétrica	1.640.783	695.298
Receita operacional	1.598.207	685.725
Remuneração financeira WACC	42.576	9.573
Receita pela disponibilidade - Uso da rede	11.419	588.680
Suprimento de energia elétrica	35.825	55.082
Receita de construção (a)	306.036	164.887
Outras receitas	28.921	12.709
Total da receita bruta operacional	2.022.984	1.516.656
ICMS sobre a venda de energia elétrica	(348.835)	(275.209)
PIS e COFINS	(153.738)	(125.490)
ISS	(1.907)	-
Reserva Global de Reversão - RGR	-	(3.710)
Pesquisa e Desenvolvimento P & D	(2.196)	(2.642)
Programa de eficiência Energética - EPE	(1.098)	-
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(3.400)	(2.188)
Estudo de Eficiência Energética - PEE	(5.490)	(4.402)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(2.196)	(1.761)
Conta de consumo de combustível - CCC	-	(4.063)
Deduções à receita operacional	(518.860)	(419.465)
Receita operacional líquida	1.504.124	1.097.191

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

24 Receita operacional líquida -- Continuação

- (a) A ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 - Receitas (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação

Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

25 Custos do serviço e despesas operacionais

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	30/06/2014			
Custos/Despesas Operacionais	Custo do Serviço de Energia Elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	Total
Pessoal	(42.459)	(12.021)	(18.660)	(73.140)
Material	(9.189)	(662)	(598)	(10.449)
Serviço de terceiros	(75.472)	(58.187)	(25.410)	(159.069)
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica	(2.598)	-	-	(2.598)
Energia elétrica comprada para revenda (a)	(917.432)	-	-	(917.432)
Encargo uso do sistema de transmissão e distribuição	(38.269)	-	-	(38.269)
Custo de construção	(306.036)	-	-	(306.036)
Depreciação amortização	(75.406)	-	-	(75.406)
Arrendamentos e aluguéis	(4.661)	-	(1.349)	(6.010)
Subvenção - CCC	9.521	-	-	9.521
Recuperação de despesas	-	7.097	23	7.120
Outros	(349)	(5.957)	(9.856)	(16.162)
Total	(1.462.350)	(69.730)	(55.850)	(1.587.930)

	30/06/2013			
Custos/despesas operacionais	Custo do Serviço de Energia Elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	Total
Pessoal	(43.783)	-	(22.375)	(66.158)
Material	(1.769)	(524)	(2.955)	(5.248)
Serviço de terceiros	(61.245)	(43.984)	(35.025)	(140.254)
Energia elétrica comprada para revenda (a)	(724.063)	-	-	(724.063)
Encargo uso do sistema de transmissão e distribuição	(34.226)	-	-	(34.226)
Custo de construção	(164.887)	-	-	(164.887)
Depreciação amortização	(59.700)	-	-	(59.700)
Arrendamentos e aluguéis	(1.677)	-	(1.713)	(3.390)
Subvenção - CCC	18.830	-	-	18.830
Recuperação de despesas	-	5.713	-	5.713
Outros	(1.058)	(5.529)	(2.427)	(9.014)
Total	(1.073.578)	(44.324)	(64.495)	(1.182.397)

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

25 Custos do serviço e despesas operacionais -- Continuação

- (a) Em 24 de janeiro de 2013, foi publicado a medida provisória nº605, que alterou a Lei nº10. 438, de 26 de abril de 2002, na parte em que cria a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Esta medida incluiu como objetivos deste encargo o provimento de recursos para compensar descontos aplicados nas tarifas de uso dos sistemas elétricos de distribuição e nas tarifas de energia elétrica, bem como recursos para compensar o efeito da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica, assegurando assim o equilíbrio da redução das tarifas das concessionárias de distribuição, consoante disposto no § 2º do artigo 1º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013.

A fim de regulamentar essa medida provisória, foi publicado em 07 de março de 2013, o Decreto nº 7.945 que alterou o Decreto nº 7.891. De acordo com este normativo, poderão ser repassados recursos da CDE às concessionárias de distribuição, para: i) neutralizar a exposição das concessionárias de distribuição no mercado de curto prazo, decorrente da alocação das cotas de garantia física de energia e de potência de que trata o art. 1º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica; e ii) cobrir o custo adicional para as concessionárias de distribuição decorrente do despacho de usinas termelétricas acionadas em razão de segurança energética, conforme decisão do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico.

A ANEEL homologará o montante mensal de recursos da CDE a ser repassado pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, considerando o resultado do processo de contabilização, no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, a partir das operações de janeiro de 2013, e a diferença entre o preço de liquidação de diferenças médio mensal e a cobertura tarifária concedida para o montante de reposição não recontratado. A Eletrobrás repassará estes recursos diretamente às concessionárias de distribuição, nas datas e contas relativas aos respectivos aportes mensais de garantias financeiras, para fins da liquidação financeira do mercado de curto prazo.

Conforme despacho nº 1.135 emitido pela ANEEL em 17 de abril de 2013, os recursos oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE foram registrados como recuperação de gastos em função do serviço público de energia elétrica, mas estão sendo apresentados como redutores dos custos de energia elétrica e construção.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
 Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando especificado)

26 Energia elétrica comprada para revenda

	MWh		R\$	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Contratos cotas de garantias	768.216	1.497.135	(71.663)	(52.817)
Encargo de energia de reserva	-	-	(1.818)	-
Encargo de serviço do sistema - ESS	-	-	-	(59.479)
Energia bilateral	55.350	110.566	(21.856)	(19.923)
Energia de curto prazo – CCEE (a)	303.193	511.055	(675.220)	(170.381)
Energia de leilão	1.585.152	2.921.186	(528.085)	(564.812)
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	40.241	78.468	(21.545)	(20.461)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo (b)	-	-	38.817	39.898
(-) Recuperação custo de energia (c) (d)	-	-	363.938	123.912
Total	2.752.152	5.118.410	(917.432)	(724.063)

- (a) No segundo trimestre de 2014 as despesas de compra de energia no curto prazo tiveram aumento decorrente aos seguintes fatores: (i) aumento no preço de liquidação da CCEE – PLD que atingiu o limite máximo de 822 R\$/MWh, devido a redução dos reservatórios e necessidade de despachos das térmicas para atender a demanda nacional; (ii) O aumento da exposição involuntária da empresa pelo atraso de entrada em operações de Usina e cancelamentos de contratos relacionados ao grupo Bertin. Com a publicação do Decreto nº 8.221 publicado em 02 de abril de 2014, que dispõe da criação da Conta ACR, as distribuidoras irão recuperar a sua despesas decorrentes a exposição involuntária de curto prazo e despacho de térmicas vinculadas ao CCEAR por disponibilidade, a partir da liquidação de fevereiro de 2014, através do empréstimo de R\$ 11,2 bilhões que será repassado mensalmente pela CCEE aos agentes distribuidores.
- (b) O valor refere-se a crédito de PIS e COFINS não cumulativo, na forma das Leis 10.637 de 2002 e 10.833 de 2003, originário de aquisição de energia elétrica para revenda.
- (c) O Decreto nº 7.945 de março de 2013 determinou o repasse de recursos da CDE para as distribuidoras, com a intenção de neutralizar parte dos problemas de caixa e resultado, em função da tendência de elevação nos custos. A contabilização dos recursos cobertos por esse repasse de CDE no resultado da Companhia, como redutora do grupo “Energia comprada para revenda”, totalizando R\$35.681.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

26 Energia elétrica comprada para revenda--Continuação

- (d) O Decreto nº 8.221 publicado em 02 de abril de 2014, instituindo a criação da “CONTA-ACR”, através da qual as distribuidoras irão recuperar as suas despesas decorrentes da exposição involuntária de curto prazo e despacho de térmicas vinculadas ao CCEAR por disponibilidade. A companhia registrou de fevereiro a abril de 2014 um total de R\$328.257 e estima em R\$ 58.989 e R\$76.052 referentes a maio e junho que não foram registrados.

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

27 Resultado financeiro

	30/06/2014	30/06/2013
Receitas financeiras:		
Acréscimo moratório de venda de energia	26.530	26.141
Ajuste de valor presente RJ	968	20.793
Descontos obtidos	4.697	-
Juros ativos	4.633	7.786
Mútuo com partes relacionadas	-	-
Operação de swap	3.941	2.540
Outras receitas	31.507	3.211
Rendas financeiras	15.392	7.396
Variações monetárias	60.295	24.597
Total das receitas financeiras	147.963	92.464
	-	-
Despesas financeiras:		
Ajuste a valor presente parcelamentos	(2.223)	-
Encargos com parte relacionada	(1.366)	-
Encargos de dívidas	(62.922)	(71.984)
Juros passivos	(23.018)	(8.943)
Multas moratórias e compensatórias	(4.269)	(10.644)
Multas por violação de metas/transg. de faixa	(34.020)	(27.966)
Multas Regulatórias	(988)	(7.797)
Operações de swap	(41.418)	(6.110)
Outras despesas	(32.635)	(9.620)
Variações monetárias e cambiais	(34.647)	(34.632)
Total das despesas financeiras	(237.506)	(177.696)
	-	-
Resultado financeiro	(89.543)	(85.232)

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação

Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

28 Prejuízo por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (Earnings per Share), a tabela a seguir reconcilia o prejuízo do período com os montantes usados para calcular o prejuízo por ação básico e diluído.

	30/06/2014				Total
	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas - A	Ações preferenciais nominativas - B	Ações preferenciais nominativas - C	
Numerador					
Lucro líquido do período	(226.482)	(258)	(129)	(143)	(227.012)
Denominador					
Média ponderada por classe de ações	1.902.996	2.167	1.085	1.201	1.907.449
Prejuízo diluído por ação	(0,11901)	(0,11901)	(0,11901)	(0,11901)	(0,11901)

	30/06/2013				Total
	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas - A	Ações preferenciais nominativas - B	Ações preferenciais nominativas - C	
Numerador					
Lucro líquido do período	(216.230)	(668)	(335)	(370)	(217.603)
Denominador					
Média ponderada por classe de ações	701.092	2.167	1.085	1.201	705.545
Prejuízo diluído por ação	(0,3084)	(0,3084)	(0,3084)	(0,3084)	(0,3084)

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

29 Entidade de previdência privada

A Companhia patrocina em conjunto com seus empregados em atividade, ex-empregados e respectivos beneficiários, planos de benefícios de aposentadoria e pensão com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social, cuja administração é feita por meio da Redeprev - Fundação Rede de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

Em razão da aquisição da Centrais Elétricas do Pará – CELPA pela Equatorial Energia S/A, a referida patrocinadora decidiu transferir a gestão dos Planos de Benefícios, administrados pela RedePrev, para a FASCEMAR – Fundação de Previdência Complementar. A referida transferência não implicará em alteração nas condições de direitos e obrigações estabelecidos nos respectivos Regulamentos dos planos patrocinados.

CELPA-BD-I e do CELPA BD-I.

A referida transferência será efetivada em duas etapas, a primeira englobando os planos Celpa BD I e Celpa BD II e a segunda abrangendo os planos Celpa OP e Celpa R.

A PREVIC (Superintendência Nacional de Previdência Complementar), aprovou a transferência de gestão dos planos Celpa BD I e Celpa BD II da RedePrev para a Fascalmar, através das portarias de nºs 200 e 201 publicadas no Diário Oficial da União de 17 de abril de 2014 .

Conforme termo de transferência, o prazo para a conclusão do processo (aptdão operacional e concretização da transferência) é de 120 dias contados da publicação das portarias de aprovação, tendo a referida transferência de gestão ocorrido em 01 de julho de 2014.

A CELPA, na qualidade de patrocinadora, recolhe, mensalmente, para os dois planos, uma contribuição normal paritária ao total das contribuições recolhidas pelos participantes que pertençam ao seu quadro de pessoal. Na apuração do semestre findo em 30 de junho de 2014, esse valor corresponde a R\$1.594(R\$3.370 em 31 de dezembro de 2013).

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

29 Entidade de previdência privada--Continuação

Os planos de benefícios instituídos pela Companhia junto à Redeprev são:

a) Plano de Benefícios CELPA BD-I:

Instituído em 30 de julho de 1982, está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pelos participantes ativos, participantes assistidos e patrocinadora. Esse plano encontra-se bloqueado para novas adesões desde 01 de janeiro de 1998. Assegura os seguintes benefícios: complementação de aposentadoria por invalidez; complementação de aposentadoria por idade; complementação de aposentadoria por tempo de contribuição; complementação de aposentadoria especial; complementação de pensão; e, complementação do abono anual.

b) Plano de Benefícios CELPA BD-II:

Instituído em 01 de janeiro de 1998, encontra-se bloqueado a novas adesões de participantes desde 01 de janeiro de 2000, quando foi instituído os Planos Celpa-OP e R. O Plano está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pelos participantes ativos, assistidos e pela patrocinadora. Assegura os seguintes benefícios: complementação de aposentadoria por invalidez; complementação de aposentadoria por idade; complementação de aposentadoria por tempo de contribuição; complementação de aposentadoria especial; complementação de pensão por morte; Benefício Proporcional Diferido e, complementação do abono anual.

c) Plano de Benefícios - R:

Obteve autorização e aprovação para a aplicação do seu Regulamento por meio da Portaria nº 880, de 12 de janeiro de 2007, emitida pelo Departamento de Análise Técnica da Secretaria de Previdência Complementar do MPS. O referido plano é resultante dos extintos Planos de Benefícios CELPA – R, CEMAT – R e ELÉTRICAS – R, cujos Regulamentos foram condensados em um único Regulamento, sem solução de continuidade. O plano está estruturado na forma de Benefício Definido.

Assegura os seguintes benefícios de risco estruturado: suplementação da aposentadoria por invalidez, suplementação do auxílio-doença, suplementação da pensão por morte e pecúlio por morte.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

29 Entidade de previdência privada --Continuação

c) Plano de Benefícios - R:--Continuação

Os benefícios são custeados exclusivamente pela CELPA e de forma solidária com as demais patrocinadoras, Centrais Elétricas do Matogrossenses S.A. – CEMAT e as empresas do Grupo Rede Energia.

Antes da fusão os planos eram contabilizados em separado, e a partir de então as contas são prestadas de forma comum, em um único balancete, por conta da legislação que regula as entidades de previdência complementar. Todavia, especificamente para efeitos desta Avaliação e para o cumprimento do CPC 33 - Benefício a empregados impõe-se a aferição compartimentada dos compromissos atuariais, das despesas com contribuições, dos custos e do Ativo do Plano de Benefícios R, por empresa patrocinadora.

d) Plano de Benefícios CELPA-OP:

Instituído em 01 de janeiro de 2000 e assegura o benefício de Renda Mensal Vitalícia, após o prazo de diferimento.

Durante o prazo de diferimento do benefício, este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Definida e o valor da Renda Mensal Vitalícia está sempre vinculado ao montante financeiro das contribuições acumuladas a favor do participante.

A Renda Mensal Vitalícia, uma vez iniciada, é atualizada monetariamente anualmente, sendo nesta fase considerada Benefício Definido.

É executado de forma indissociável do Plano de Benefícios “R” da RedePrev, que engloba os chamados benefícios de risco.

São patrocinadoras do Plano CELPA OP as empresas CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA e a REDEPREV – Fundação Rede de Previdência.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

30 Instrumentos financeiros

a. Considerações gerais

Em atendimento à Deliberação CVM 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia efetuou análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, contas a receber de clientes, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e derivativos, procedendo às devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio.

b. Política de utilização de derivativos

A CELPA poderá utilizar operações com derivativos, apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

30 Instrumentos financeiros --Continuação

c. Valor justos dos ativos financeiros

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 estão identificados a seguir:

	30/06/2014		31/12/2013	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	191.955	191.955	109.294	109.294
Investimentos de curto prazo	230.403	230.403	130.106	130.106
Contas a receber de clientes	670.180	670.180	595.387	595.387
Depósitos judiciais	101.620	101.620	131.939	131.939
Ativo financeiro da concessão	750.721	750.721	600.544	600.544
Sub-rogação da CCC - Valores Aplicados	188.774	188.774	185.688	185.688
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	4.519	4.519
Passivos financeiros				
Fornecedores	695.315	695.315	477.143	477.143
Empréstimos e financiamentos	1.685.705	1.685.705	1.534.310	1.534.310
Partes relacionadas	537.636	537.636	416.147	416.147
Instrumentos financeiros derivativos	18.871	18.871	-	-

- **Investimentos de curto prazo** – são classificados como de valor justo através do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é 1.
- **Contas a receber de clientes** – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- **Ativo financeiro de concessão** – são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.
- **Fornecedores** – Decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.
- **Empréstimos e financiamentos** – os empréstimos e financiamentos tem o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimento da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelos seus valores amortizados.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

30 Instrumentos financeiros -- Continuação

c. Valor justos dos ativos financeiros--Continuação

- **Derivativos** – são classificados como instrumentos derivativos e têm como objetivo a proteção às oscilações de taxa de juros e moeda estrangeira. Para as operações de swaps, a determinação do valor de mercado foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis.

d. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa da Companhia são instrumentos financeiros de alta liquidez e o valor de mercado reflete o valor registrado no balanço patrimonial. São compostos por numerários disponíveis e investimentos financeiros.

A Companhia mantém os equivalentes de caixa com a intenção de atender a seus compromissos de caixa de curto prazo.

Os investimentos financeiros classificados como equivalentes de caixa são de curto prazo e de alta liquidez. São também conversíveis em um montante conhecido de caixa e são indexadas ao CDI, que é considerada uma taxa livre de risco.

e. Fatores de risco - Instrução CVM nº 475

- **Risco de crédito** - Os saldos elevados, bem como as idades dos recebíveis provenientes de contas a receber de clientes constituem um risco para a liquidez e para a estrutura de capital da Companhia. A Administração acompanha as situações em aberto e para mitigar o risco de inadimplência. A Companhia utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de débitos e negociação das posições em aberto. Para mitigar o risco das instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a Companhia seleciona apenas instituições com baixo risco, avaliadas por agências de rating. A Companhia preserva seus ativos de concessão de acordo com a legislação vigente e monitora as possíveis definições nas regras de reversão da concessão.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

30 Instrumentos financeiros -- Continuação

e. *Fatores de risco - Instrução CVM nº 475--Continuação*

- **Risco de liquidez** - O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados na nota nº 16.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

- **Riscos de mercado** – Os riscos de mercado estão associados a flutuações nas taxas de juros e indexadores de dívidas ou taxas de câmbio, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, quem em virtude da Recuperação Judicial, serão renegociados.
- **Risco Cambial**– Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Atualmente a exposição ao câmbio é de 37,5% de sua dívida. A CELPA monitora continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A sensibilidade da dívida foi demonstrada em cinco cenários, em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM. Um cenário com taxas reais verificadas 30 de junho de 2014 (Cenário Provável); mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) da cotação da moeda estrangeira considerada.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
 Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando especificado)

30 Instrumentos financeiros -- Continuação

e. Fatores de risco - Instrução CVM nº 475--Continuação

Incluimos ainda mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a depreciação de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V).

Risco do Fluxo de Caixa ou Valor Justo associado à Variação Cambial						R\$ Mil
Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário II + 25%	Cenário III + 50%	Cenário IV - 25%	Cenário V - 50%
PASSIVOS FINANCEIROS						
Empréstimos e Financiamentos	USD	34.599	(102.228)	(239.056)	171.426	308.254
Referência para PASSIVOS FINANCEIROS		Taxa em 31/03/2014	25%	50%	-25%	-50%
Dólar USD/R\$		2,20	2,75	3,30	1,65	1,10

De acordo com o CPC 40, apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da Companhia, vigentes em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, que podem ser assim resumidos:

Operações passivas	Objetivo de hedge de risco de mercado (a)	Indexadores	Vencimento	Valor justo	
				30/06/2014	31/12/2013
Swap ITAÚ					
	Ponta ativa	US\$	25/11/2015	5.720	17.932
	Ponta passiva	CDI	25/11/2015	(15.101)	(15.082)
	TOTAL			(9.381)	2.850
Swap CITIBANK					
	Ponta ativa	US\$	25/11/2015	5.364	16.519
	Ponta passiva	CDI	25/11/2015	(14.854)	(14.850)
	TOTAL			(9.490)	1.669
	TOTAL GERAL			(18.871)	4.519

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

30 Instrumentos financeiros -- Continuação

e. Fatores de risco - Instrução CVM nº 475--Continuação

- **Risco de vencimento antecipado** - A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos que, em geral, requerem o cumprimento de determinadas cláusulas contratuais. O descumprimento dessas cláusulas pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento. Em consideração aos contratos sujeitos à Recuperação Judicial, a novação dos créditos incitou a suspensão de cláusulas contratuais de vencimento antecipado e de covenants financeiros e não financeiros, salvo quando acordado entre as partes.
- **Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros**- As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no Endividamento em moeda nacional da Companhia.

A sensibilidade dos ativos e passivos da Companhia foi demonstrada em cinco cenários.

Apresentamos em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM, um cenário com taxas reais verificadas em 30 de junho de 2014 (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) dos indexadores.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
 Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando especificado)

30 Instrumentos financeiros -- Continuação

e. Fatores de risco - Instrução CVM nº 475--Continuação

Incluimos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a depreciação de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

Risco do Fluxo de Caixa ou Valor Justo associado à Taxa de Juros						R\$ Mil
Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário II + 25%	Cenário III + 50%	Cenário IV - 25%	Cenário V - 50%
ATIVOS FINANCEIROS						
Aplicações Financeiras	CDI	7.320	9.150	10.980	5.490	3.660
PASSIVOS FINANCEIROS						
Empréstimos e Financiamentos	CDI	(8.042)	(8.042)	(8.042)	(8.042)	(8.042)
	TJLP	(63)	(63)	(63)	(63)	(63)
	IGPM	(5.779)	(5.779)	(5.779)	(5.779)	(5.779)
Referência para ATIVOS e PASSIVOS FINANCEIROS		Taxa em 30/06/2014	25%	50%	-25%	-50%
CDI (% acumulado ano)		9,68	12,09	14,51	7,26	4,84
TJLP (% acumulado ano)		5,00	6,25	7,50	3,75	2,50
IGP-M (% acumulado ano)		6,24	7,80	9,36	4,68	3,12
IPCA (% acumulado ano)		6,52	8,15	9,78	4,89	3,26

O Impacto da Sensibilidade no Resultado e no Patrimônio Líquido da Companhia é demonstrada abaixo:

Impacto da Sensibilidade no Resultado e no Patrimônio Líquido

Cenários	Resultado do Exercício (Lucro / Prejuízo)	Patrimônio Líquido
Cenário Provável	-	-
Cenário II	(122.691)	(93.552)
Cenário III	(245.695)	(187.343)
Cenário IV	122.847	152.023
Cenário V	245.695	304.048

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

30 Instrumentos financeiros -- Continuação

e. Fatores de risco - Instrução CVM nº 475--Continuação

- **Risco de Escassez de Energia** - O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita.

f. Gestão do capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do nível de endividamento e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital eficiente e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida em níveis que venham a otimizar o retorno de capital aos seus investidores e garanta a liquidez da Companhia.

A Administração da Companhia estabelece e acompanha as diretrizes de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazos dos financiamentos contratados.

O gerenciamento do capital está baseado no acompanhamento de três indicadores financeiros, estabelecendo os limites máximos que não comprometem as operações da Companhia:

- Dívida Líquida / EBITDA
- Dívida Líquida / (Dívida Líq. + Patrimônio Líquido)
- Dívida de Curto Prazo / Dívida Total

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

31 Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia são os seguintes:

	Vigência	2013	2014	2015	2016	2017	Após 2017
Energia Contratada	2011 a 2042	1.197.971	1.335.674	1.415.296	2.049.877	2.344.537	77.079.247

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência variam de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do CCEAR, e foram homologados pela ANEEL.

32 Segmento de negócios

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível. Todas as decisões tomadas pela Companhia são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de distribuição, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação

Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

33 Seguros

A Companhia mantém apólices de seguros, por montantes considerados suficientes, para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável por danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das informações financeiras, conseqüentemente, não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com as apólices de seguros contratadas pela Companhia estão demonstrados a seguir:

Ramo do Seguro	Vencimento das Apólices	Importância Segurada
Fluvial	03/07/2014	316
Responsabilidade Civil Geral - Operações	30/12/2014	20.000
Riscos Operacionais	30/12/2014	341.038
Automóvel (a)	30/12/2014	

(a) 38 veículos próprios segurados, conforme apólices.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

34 Eventos subsequentes

Reajuste tarifário de 2014

Por meio da Resolução Homologatória nº 1.769, de 05/08/2014, a ANEEL homologou o Índice de Reajuste Tarifário (IRT) médio de 26,14% (econômico), entretanto, considerando-se o efeito líquido da inclusão dos Componentes Financeiros na tarifa, o efeito médio a ser percebido pelo consumidor será de 34,96%.

A Agência também homologou, através de repasse da CDE, o valor mensal de R\$ 4.813 mil (período de agosto/2014 a julho/2015), referente a modicidade das tarifas e aos descontos tarifários, de acordo com o disposto no Decreto nº 7.891/2013.

O reajuste tarifário vigora do dia 07 de agosto de 2014 a 06 de agosto de 2015.

Conselho de Administração

Ana Marta Horta Veloso

Armando de Souza Nascimento

Augusto Miranda da Paz Júnior

Carlos Augusto Leone Piani

Eduardo Haiama

Felipe Oppenheimer Pitanga Borges

Firmino Ferreira Sampaio Neto

José Guilherme Cruz de Souza

Conselho Fiscal

Efetivos

Sérgio Passos Ribeiro

Renato Moritz

Paulo Roberto Franceschi

Diretoria Executiva

Raimundo Nonato Alencar de Castro
Diretor Presidente

Eduardo Haiama
Diretor de Relações com Investidores

Augusto Dantas Borges
Diretor

Carla Ferreira Medrado
Diretora

Tinn Freire Amado
Diretor

Mauro Chaves de Almeida
Diretor

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor

Daniel Campos Negreiros
Diretor

Izabel Corina de Oliveira Carvalho
Gerente de Controladoria
Contador
CRC PA 5.989/0-8

Belém, 08 de agosto de 2014 - As Centras Elétricas do Pará S/A (CELPA), concessionária do serviço de distribuição de energia elétrica em todo o estado do Pará, anuncia hoje os seus resultados do segundo trimestre e primeiro semestre de 2014. As informações não financeiras da CELPA, as relacionadas ao Programa Luz Para Todos (PLPT) assim como as referentes às expectativas da administração quanto ao desempenho futuro da Companhia, não foram revisadas pelos auditores independentes.

DEMANDA TRIMESTRAL DE ENERGIA DA CELPA CRESCE 12,5%. PERDAS TOTAIS SOBRE ENERGIA REQUERIDA (12 MESES) CAEM PARA 33,0%.

1. DESTAQUES FINANCEIROS E OPERACIONAIS

- ▶ O volume de energia distribuída pela CELPA cresceu 12,5% neste trimestre, atingindo 1.979 GWh. A energia faturada no mercado cativo também apresentou crescimento de 12,5%.
- ▶ A Receita Operacional Líquida (ROL) cresceu 40,9% no 2T14, atingindo R\$799 milhões, em virtude do crescimento da demanda de energia e da Receita de Construção.
- ▶ O EBITDA Regulatório Ajustado do 2T14 atingiu R\$107 milhões, fortemente influenciado pelo crescimento do volume vendido e redução nas perdas de energia no trimestre.
- ▶ O Lucro Líquido Regulatório Ajustado no 2T14 somou R\$21 milhões, também fortemente impactado pelo crescimento do mercado consumidor e redução no índice de perdas de energia no período.
- ▶ Os Investimentos da CELPA (excluindo investimentos diretos relacionados ao Programa Luz para Todos - PLPT) somaram R\$146 milhões no 2T14, aumento de 62,7% em relação aos investimentos realizados no 2T13.
- ▶ No 2T14, os índices de DEC e FEC da CELPA (acumulados dos últimos 12 meses) foram de 56,7 horas e 31,5 vezes, melhoras de 34,4% e 30,7%, respectivamente, quando comparados aos índices observados ao final do 2T13.
- ▶ As perdas totais de energia dos últimos 12 meses encerrados no 2T14 representaram 33,0% da energia requerida, representando queda de 1,2 p.p. em relação aos 34,2% verificados no 1T14.
- ▶ Em agosto de 2014, a Diretoria da ANEEL autorizou a CELPA a reajustar suas tarifas em 34,96% (efeito médio percebido pelo consumidor), com efeito a partir de 07 de agosto.

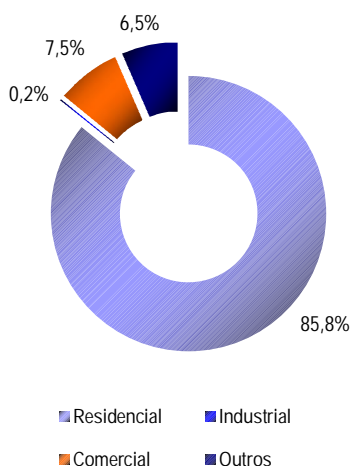
DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS (R\$MM)	2T13	1T14	2T14	Var.	1S13	1S14	Var.
Receita Operacional Líquida (ROL)	567	705	799	40,9%	1.097	1.504	37,1%
EBITDA	(53)	47	(92)	-71,8%	(71)	(45)	-36,2%
Margem EBITDA (%ROL)	-9,4%	6,6%	-11,5%	2 p.p.	-12,7%	-4,9%	-7,8 p.p.
EBITDA (últ. 12 meses)	(485)	177	138	N/A	(485)	138	-128,5%
EBITDA Regulatório	(6)	110	140	N/A	25	250	914,6%
EBITDA Regulatório (últ. 12 meses)	(355)	192	339	N/A	(355)	339	N/A
Resultado Operacional	(163)	(22)	(205)	-26,2%	(226)	(227)	0,5%
Margem Operacional (%ROL)	-28,7%	-3,1%	-25,7%	10,4%	-40,6%	-28,8%	-29,2%
Lucro Líquido (Prejuízo)	(161)	(31)	(196)	-21,9%	(218)	(227)	4,3%
Margem Líquida (%ROL)	-28,4%	-4,4%	-24,6%	3,8 p.p.	-39,1%	-28,9%	-10,1 p.p.
Lucro Líquido (Prejuízo) por Ação (R\$)	(0,08)	(0,0)	(0,1)	-21,9%	(0,11)	(0,12)	4,3%
Investimentos CELPA (Ex. PLPT)	90	99	146	62,2%	173	245	41,4%
Investimentos Diretos PLPT	4	35	45	969,8%	7	80	1007,0%
Dívida Líquida	686	835	650	-5,2%	686	650	-5,2%
Dívida Líquida / EBITDA (últ. 12 meses)	-1,9 x	4,3 x	1,9 x	N/A	-1,9 x	1,9 x	N/A

DADOS OPERACIONAIS	2T13	1T14	2T14	Var.	1S13	1S14	Var.
Energia Vendida (MWh sem cons. próprio)	1.676.027	1.790.127	1.886.330	12,5%	3.242.084	3.676.457	13,4%
Nº de Consumidores	1.965.496	2.074.251	2.105.752	7,1%	1.965.496	2.105.752	7,1%

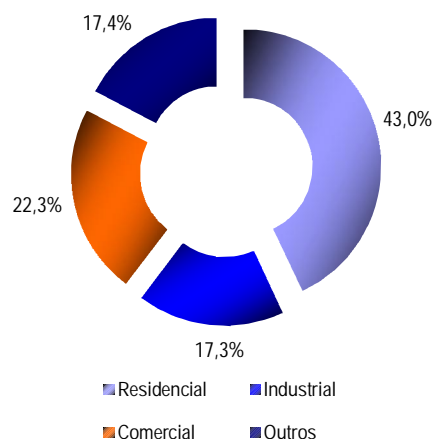
2. MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA NO PARÁ

2.1. VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA

Base de Clientes (% por Classe) – 2T14



Energia Vendida (% por Classe) – 2T14



No 2T14, as vendas de energia para o mercado cativo cresceram 12,5% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, atingindo 1.886 GWh. Tal crescimento pode ser explicado pelos seguintes fatores: (a) Redução das perdas de energia da Companhia, na medida em que parte do volume de energia consumido passa a ser faturado e também é recuperado do passado, (b) aquecimento do mercado de trabalho em 2014, aumento real de renda e expansão do crédito, com conseqüente expansão dos principais segmentos da classe comercial; (c) crescimento observado nos principais ramos industriais (produtos alimentícios, metalurgia, extração e tratamento de minerais, madeira e construção).

CLASSE DE CONSUMO(MWh)	2T13	1T14	2T14	Var.	1S13	1S14	Var.
Residencial	669.518	767.351	811.033	21,1%	1.299.428	1.578.383	21,5%
Industrial	302.887	316.695	326.518	7,8%	589.809	643.214	9,1%
Comercial	402.887	398.720	421.382	4,6%	774.844	820.103	5,8%
Outros	300.736	307.361	327.397	8,9%	578.003	634.757	9,8%
TOTAL (Cativo)	1.676.027	1.790.127	1.886.330	12,5%	3.242.084	3.676.457	13,4%
Consumidores Livres	83.002	90.062	92.915	11,9%	166.859	182.977	9,7%
TOTAL (Cativo + Livres)	1.759.030	1.880.189	1.979.245	12,5%	3.408.943	3.859.434	13,2%

(*) Não inclui consumo próprio

No 2T14, a carga da CELPA apresentou crescimento de 4,4% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, enquanto a carga nacional e da região Norte variaram 2,5% e 22,8%, respectivamente. Segundo o Boletim Mensal da ONS, o crescimento apresentado pela região Norte no período deve-se ao quarto trimestre completo após interligação de Manaus ao SIN (Sistema Interligado Nacional).

GWh	2T13	1T14	2T14	Var.	1S13	1S14	Var.
Carga Brasil (*)	127.417	143.401	130.608	2,5%	259.852	274.009	5,4%
Carga Norte (*)	9.085	11.214	11.157	22,8%	17.905	22.371	24,9%
Carga CELPA (*)	2.772	2.746	2.894	4,4%	5.384	5.641	4,8%

(*) Dados referente ao Sistema Interligado NacionalFonte: ONS e CELPA

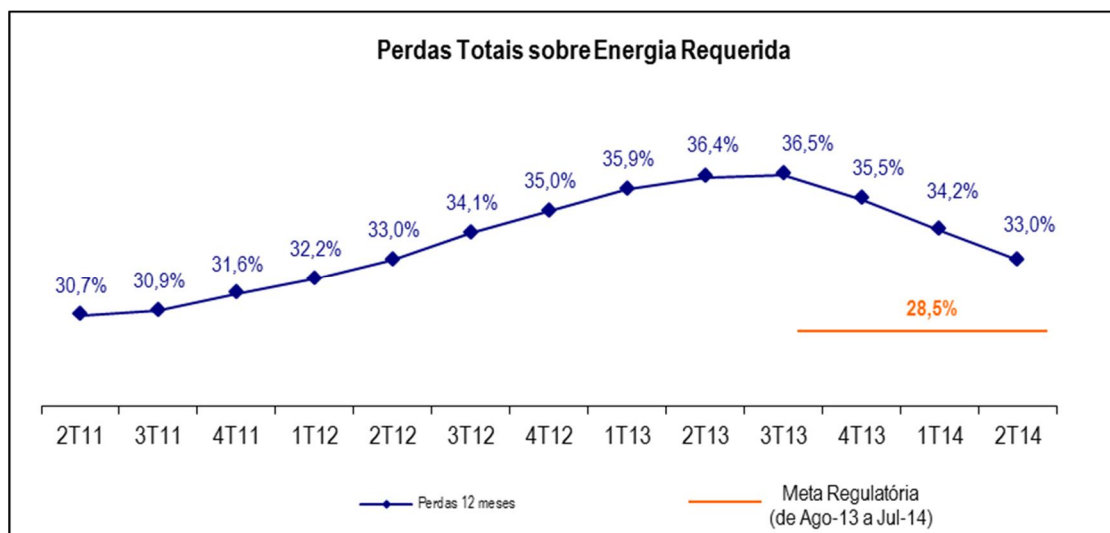
2.2. BALANÇO ENERGÉTICO

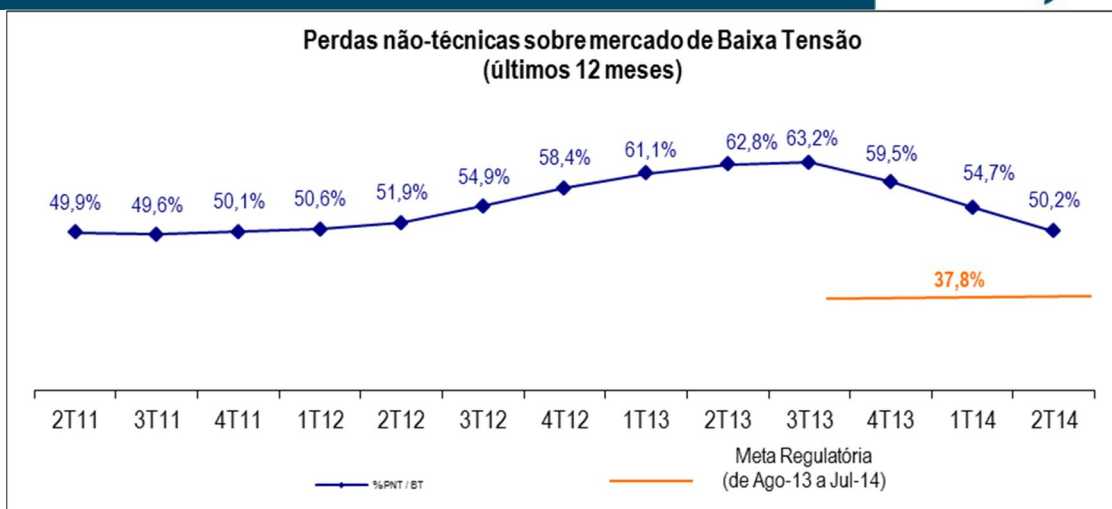
O volume de energia requerida pelo sistema da CELPA alcançou 2.894 GWh no 2T14, apresentando crescimento de 4,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. O volume de energia vendida no trimestre cresceu 12,6% em relação ao 2T13.

Bal. Energético (MWh)	2T13	1T14	2T14	Var.	1S13	1S14	Var.
Energia Vendida (Cativo + Cons. Próprio)	1.682.452	1.797.659	1.894.709	12,6%	3.254.664	3.692.368	13,4%
Mercado Livre	83.002	90.062	92.915	11,9%	166.859	182.977	9,7%
Perdas Totais	1.006.070	858.619	906.654	-9,9%	1.962.135	1.765.273	-10,0%
Energia Requerida	2.771.524	2.746.340	2.894.278	4,4%	5.383.658	5.640.618	4,8%
Geração Própria	110.319	106.759	113.355	2,8%	212.951	220.114	3,4%
Compra de Energia	2.661.205	2.639.581	2.780.923	4,5%	5.170.707	5.420.504	4,8%

2.3. PERDAS NA DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA

As perdas totais dos últimos 12 meses encerrados no 2T14 representaram 33,0% da energia requerida, ao passo que as perdas não-técnicas sobre o mercado de Baixa Tensão atingiram 50,2%.





2.4. QUALIDADE DO SERVIÇO (DEC E FEC)

O nível da qualidade e da eficiência do sistema de distribuição é medido pelos índices de DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora, que mede a duração média das interrupções, em horas por cliente por período) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora, que mede a frequência das interrupções, em número de interrupções por cliente por período).

Ao final do 2T14, o DEC acumulado dos últimos 12 meses alcançou 56,7 horas, que comparado às 86,5 horas do final do 2T13, representou redução de 34,4%. O indicador FEC (acumulado dos últimos 12 meses) do final do trimestre, foi de 31,5 vezes, representando redução de 30,7% em relação ao índice do fechamento do 2T13.



2.5. CUSTO MÉDIO DE COMPRA DE ENERGIA

No 2T14, o custo médio de compra de energia líquido de PIS/COFINS (excluindo custos de transporte e contabilizações de CVA) foi de R\$281 por MWh, representando um aumento de 104,5% em relação ao 2T13. O aumento no custo médio é explicado pelo maior despacho das usinas térmicas. Vale ressaltar que os custos de compra de energia são repassados à tarifa de venda de energia, uma vez que fazem parte da Parcela A (custos não gerenciáveis).

CUSTO MÉDIO DE AQUISIÇÃO DE ENERGIA*	2T13	1T14	2T14	Var.	1S13	1S14	Var.
Compra de Energia - Contratos (R\$MM)	279	302	388	39,1%	563	690	22,6%
MWh Contratado	1.655.089	1.484.150	1.752.208	5,9%	3.229.541	3.236.358	0,2%
Compra de Energia - Spot (R\$MM)	59	300	375	533,0%	170	675	296,3%
MWh - Spot	275.370	504.549	347.745	26,3%	522.930	852.294	46,2%
Cotas de Garantia Física (R\$ MM)	22	22	21	-4,8%	43	43	1,6%
MWh - Cotas	698.394	656.715	696.728	-0,2%	1.350.776	1.353.444	0,2%
Custo Médio de Compra de Energia (R\$ / MWh)	137	236	281	104,5%	152	263	73,0%

2.6. ENERGIA CONTRATADA

No encerramento do 2T14, a posição de energia contratada da CELPA para o período de 2014 a 2018 apresentava a distribuição demonstrada na tabela a seguir. Os montantes abaixo incluem a energia contratada nos leilões de energia nova A-0, realizado em abril de 2014, A-1, realizado em dezembro de 2013, A-3 e A-5, realizados em setembro de 2008, assim como a energia contratada no Leilão da Usina de Jirau (contrato de 30 anos, iniciando no ano 2013).

CONTRATOS (MWh)	2014	2015	2016	2017	2018
Fonte Hídrica	4.727.245	3.882.735	3.972.892	4.109.437	4.743.746
Fonte Térmica	1.737.301	2.101.715	2.107.473	2.214.785	2.560.555
Cotas de Garantia Física	2.859.064	2.858.957	2.858.957	2.858.957	2.858.957
Outras Fontes	719.482	910.272	1.006.561	1.003.811	1.661.194
TOTAL - MWh	10.043.093	9.753.679	9.945.884	10.186.991	11.824.452

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

3.1. RECEITA OPERACIONAL

No 2T14, a Receita Bruta de venda de energia cresceu 30,7%, influenciada principalmente pelo aumento de 12,5% no volume de vendas e pelo aumento do consumo médio por cliente na casa de 5,1% na comparação com o 2T13. Já a Receita Líquida atingiu R\$799 milhões (R\$618 milhões, desconsiderando a Receita de Construção), crescimento de 40,9% (26,1% de crescimento sem Rec. de Construção) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

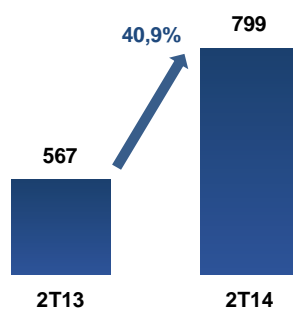
Com a convergência das regras contábeis brasileiras com os padrões internacionais (IFRS), a partir de 2010 passou a ser reconhecida na Receita Bruta a Receita de Construção, com impacto na ROL, porém sem impacto no EBITDA ou Lucro Líquido pois o mesmo valor é deduzido em linha específica dentro dos Custos Não-Gerenciáveis. Neste trimestre foram reconhecidos R\$181 milhões, ao passo que no 2T13 foram reconhecidos R\$77 milhões.

ANÁLISE DA RECEITA	2T13	1T14	2T14	Var.	1S13	1S14	Var.
Volume de Vendas (MWh)*	1.676.027	1.790.127	1.886.330	12,5%	3.242.084	3.676.457	13,4%
No. de Clientes**	1.965.496	2.074.251	2.105.752	7,1%	2.074.251	2.105.752	1,5%
KWh por Cliente (no período)	853	863	896	5,1%	1.655	1.759	6,3%
Receita Bruta de Fornecimento	624	746	815	30,7%	1.230	1.561	26,9%
Residencial	260	344	379	45,9%	515	724	40,6%
Industrial	90	106	111	23,5%	179	216	20,8%
Comercial	175	191	211	20,9%	344	402	17,1%
Outras Classes	99	108	124	24,6%	192	231	20,3%
Suprimento (R\$ MM)	55	27	9	-84,3%	55	36	-35,0%
Outras Receitas (R\$ MM)	23	58	62	165,7%	67	120	79,5%
Subvenção Baixa Renda	14	39	41	190,3%	47	80	68,5%
Uso da Rede	3	6	6	115,5%	7	11	66,2%
Outras Receitas Operacionais	7	14	15	132,3%	13	29	127,6%
Receita de Construção	77	125	181	135,8%	165	306	85,6%
Deduções à Receita (R\$ MM)	(212)	(251)	(268)	26,5%	(419)	(519)	23,7%
Receita Operacional Líquida (R\$ MM)	567	705	799	40,9%	1.097	1.504	37,1%

* Exclui Consumo Próprio e Consumidores Livre

** Exclui unidades consumidoras próprias e Livres

Receita Líquida - trimestral (R\$MM)



3.2. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

No 2T14, o total de custos e despesas gerenciáveis e não gerenciáveis, excluindo depreciação e amortização, foi de R\$989 milhões (R\$733 milhões, desconsiderando os Custos de Construção). Grande parte do crescimento pode ser explicado pelo despacho de usinas térmicas e exposição involuntária ao mercado de curto prazo de energia, cujo custo médio do MWh foi maior do que a da energia contratada a longo prazo.

É importante destacar que os custos de compra e transporte de energia, e encargos setoriais fazem parte de Parcela A da tarifa de energia, e, portanto, variação nos mesmos decorrentes de variação de preços deve ser repassada à Companhia através do índice de reajuste tarifário anual (IRT), não devendo representar uma perda econômica para a mesma.

Neste trimestre, tivemos o reconhecimento de R\$4 milhões relativos à venda de padrão, quase que totalmente no custo de Material, que acabam sendo praticamente neutros para efeito de EBITDA uma vez que também há receita no mesmo montante sendo contabilizada no trimestre.

R\$ MM	2T13	1T14	2T14	Var.	1S13	1S14	Var.
Pessoal	34	38	39	16,5%	68	77	13,0%
PLR	-	5	5	N/A	-	10	N/A
Material	2	5	6	159,8%	5	10	99,1%
Serviço de Terceiros	73	74	85	16,7%	140	159	13,4%
Outros	3	9	8	134,9%	9	18	87,5%
PMSO	112	126	138	23,1%	223	264	18,4%
Provisões	19	20	12	-35,7%	40	33	-19,1%
PDD e Perdas	18	22	13	-30,8%	39	35	-11,8%
% Receita Bruta (s/ Receita de Construção)	2,6%	2,7%	1,4%	-1,1 p.p.	2,9%	2,0%	-0,8 p.p.
Provisões para Contingências	(1)	(2)	(0)	37,6%	(1)	(2)	-96,1%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	6	6	7	18,7%	7	13	93,6%
CUSTOS E DESPESAS GERENCIÁVEIS	137	152	158	14,8%	270	310	14,7%
% Receita Líquida (s/ Receita e sem custo de Construção)	28,0%	26,3%	25,5%	-2,4 p.p.	29,0%	25,9%	-3,1 p.p.
Energia Comprada e Transporte	413	361	557	34,9%	724	917	26,7%
Encargos Uso Rede e Conexão	14	19	19	34,3%	34	38	11,8%
Custo de Construção	77	125	181	135,8%	165	306	85,6%
Subvenção CCC	(81)	(74)	(62)	23,7%	(145)	(136)	6,6%
Materia prima p/ produção de energia elétrica	66	81	45	-31,8%	126	126	-0,3%
CUSTOS E DESPESAS NÃO-GERENCIÁVEIS	489	512	740	51,4%	904	1.252	38,5%
% Receita Líquida (s/ Receita e s/ Custo de Construção)	84,1%	66,7%	90,5%	6,3 p.p.	79,3%	79,0%	-0,3 p.p.
TOTAL	626	664	898	43,4%	1.175	1.562	33,0%

3.3. EBITDA

No 2T14, o EBITDA Societário apresentado foi de R\$92 milhões negativos, principalmente em função do maior reconhecimento de custo de compra de energia no período em virtude de exposição involuntária ao mercado de curto prazo e despacho de usinas térmicas. Neste trimestre, apenas os custos referentes ao mês de abril obtiveram a cobertura da chamada Conta ACR, sendo que a solução para os meses de maio e junho ainda encontra-se em discussão.

Entretanto, para a apuração do EBITDA Regulatório este efeito é neutro, uma vez que consideramos o ajuste de Ativos e Passivos regulatórios líquidos, chegando ao valor de R\$140 milhões no 2T14. Neste trimestre é necessário ajustar R\$22 milhões por descontos não recorrentes em algumas faturas de compra de energia, devido ao ressarcimento de multas contratuais aplicadas a alguns geradores, sem a contrapartida do registro de um passivo regulatório equivalente, apesar de estar prevista a sua compensação tarifária no próximo reajuste da Companhia. Adicionalmente, ajustamos o impacto não recorrente de restituição de ICMS à CCC, originário de compra de combustível para abastecimento aos Sistemas Isolados.

Considerando o EBITDA Regulatório Ajustado, atingimos R\$107 milhões no 2T14, em comparação a R\$2 milhões negativos no mesmo trimestre do ano anterior.

EBITDA (R\$ milhões)	2T13	1T14	2T14	Var.	1S13	1S14	Var.
Resultado do Serviço	(91)	4	(142)	-54,9%	(141)	(137)	-2,3%
Depreciação e Amortização	32	37	43	33,4%	63	79	25,5%
EBITDA Societário (CVM)*	(59)	41	(99)	-66,6%	(77)	(58)	-25,1%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	6	6	7	18,7%	7	13	93,6%
EBITDA Societário IRFS	(53)	47	(92)	-71,8%	(71)	(45)	-36,2%
Formação de Ativos Regulatórios	52	66	234	350,7%	111	301	169,8%
Atualização Monetária de Ativos/Passivos Regulatórios	(1)	(3)	(2)	N/A	(7)	(6)	-21,1%
EBITDA Regulatório	(2)	110	140	N/A	34	250	645,4%
Ajustes Compra de Energia	-	(19)	(22)	N/A	-	(41)	N/A
Ajustes Sistemas Isolados	-	-	(11)	N/A	-	(11)	N/A
EBITDA Regulatório Ajustado	(2)	91	107	N/A	34	198	489,4%

* Calculado em conformidade com a Instrução CVM 527/12

3.4. RESULTADO FINANCEIRO

No 2T14, a Companhia apresentou resultado financeiro líquido negativo em R\$64 milhões, versus um resultado negativo em R\$71 milhões no 2T13.

R\$ MM	2T13	1T14	2T14	Var.	1S13	1S14	Var.
Rendas financeiras	6	8	7	15%	7	15	108%
Juros ativos	4	8	(3)	182%	8	5	-40%
Acréscimo moratório de venda de energia	12	16	10	-17%	26	27	1%
Descontos obtidos		9	(4)	N/A	-	5	N/A
Variações monetárias	1	40	20	N/A	25	60	145%
Ajuste de valor presente RJ	11	23	(22)	N/A	21	1	-95%
Operação de swap	3	1	3	14%	3	4	55%
Outras receitas	3	28	4	14%	3	32	881%
Receita Financeira Total	41	134	14	-66%	92	148	60%
Variações monetárias e cambiais	(31)	(28)	(6)	79%	(35)	(35)	0%
Encargos com parte relacionada			(1)	N/A	-	(1)	N/A
Encargos de dívidas	(38)	(32)	(31)	19%	(72)	(63)	13%
Multas por violação de metas/transg. de faixa	(13)	(26)	(8)	34%	(28)	(34)	-22%
Multas Regulatórias	(8)	-	(1)	87%	(8)	(1)	87%
Multas moratórias e compensatórias	(8)	0	(4)	50%	(11)	(4)	60%
Ajuste a valor presente parcelamentos	6	(22)	20	N/A	(0)	(2)	N/A
Operações de swap	(1)	(22)	(19)	N/A	(6)	(41)	-578%
Juros passivos	(8)	(14)	(9)	-10%	(9)	(23)	-157%
Outras despesas	(10)	(16)	(17)	-59%	(10)	(33)	-239%
Despesa Financeira Total	(112)	(160)	(77)	31%	(178)	(238)	-34%
RESULTADO FINANCEIRO	(71)	(26)	(64)	11%	(85)	(90)	-5%

3.5. RESULTADO LÍQUIDO

No 2T14, a CELPA apresentou prejuízo societário de R\$196 milhões, versus prejuízo de R\$161 milhões no mesmo trimestre do ano anterior. Se considerarmos os ajustes de Ativos/Passivos regulatórios líquidos, resultado financeiro, depreciação/amortização e ajustes de Compra de Energia e Sistemas Isolados (explicados no item 3.3 - EBITDA), o Lucro Líquido Regulatório ajustado ficaria em R\$ 21 milhões, comparado a um prejuízo de R\$ 98 milhões no mesmo trimestre do ano anterior.

LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO (R\$ milhões)	2T13	1T14	2T14	Var.	1S13	1S14	Var.
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO	(161)	(31)	(196)	-22%	(218)	(227)	4%
Ativos / Passivos Regulatórios Líquidos	51	63	232	351%	104	295	183%
Resultado não Operacional + Resultado financeiro	4	(10)	2	-61%	10	(9)	-187%
Depreciação e Amortização	8	8	12	57%	16	19	25%
Ajustes Compra de Energia + Sistemas Isolados	-	(16)	(28)	N/A	-	(44)	N/A
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO Regulatório Ajustado	(98)	13	21	N/A	(88)	34	N/A

4. ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

Com a adaptação das regras contábeis brasileiras ao IFRS, os ativos e passivos regulatórios do setor deixaram de ser registrados nos balanços da Companhia. Entretanto, tais valores continuam sendo considerados pela ANEEL quando do cálculo dos Componentes Financeiros a cada Reajuste Anual ou Revisão Periódica.

Abaixo, abrimos os componentes dos Ativos e Passivos Regulatórios por trimestre na CELPA desde o 2T13.

ATIVOS REGULATÓRIOS	2T13	3T13	4T13	1T14	2T14
Constituição CVAs	156.602	60.132	103.659	73.631	249.247
CCC	3.074	-	-	-	-
CDE	-	-	-	303	922
Proinfa	9.225	1.003	1.215	1.794	2.390
ESS	25.470	13.519	-	1.382	0
Rede Básica	-	1.417	2.419	4.022	6.454
Compra	118.834	44.193	100.025	66.130	239.481
Amortização CVAs	1.829	20.953	18.084	15.303	12.310
CCC	-	3.471	2.420	1.402	306
CDE	308	-	-	-	-
Proinfa	355	5.898	4.113	2.382	520
ESS	-	19	13	8	2
Rede Básica	-	92	64	37	8
Compra	1.166	11.474	11.474	11.474	11.474
Diferim.Repos.Tarifária	10.979	92.567	20.956	20.956	20.956
Sobrecontratação	3.021	-	-	143.370	105.763
Outros Ativos Regulatórios	63.176	2.198	49.758	44.702	90.894
Outros	-	-	-	17.929	88.235
Garantia CCEAR	-	-	414	452	497
Exposição Financeira	-	2.198	1.475	787	65
Diferencial Eletronuclear	-	-	10.025	5.347	439
Bolha do Recálculo Financeiro	-	-	37.844	20.187	1.657
Diferimento gasto Manual/Control.patrimonial	33.892	-	-	-	-
Diferimento estorno crédito ICMS	11.874	-	-	-	-
Diferimento ICMS saídas isentas de óleo diesel	17.410	-	-	-	-
Saldo Final	235.607	175.850	192.456	297.962	479.169

PASSIVOS REGULATÓRIOS	2T13	3T13	4T13	1T14	2T14
Constituição CVAs	(2.590)	-	(2.689)	-	(6.583)
Rede Básica	(2.520)	-	-	-	-
ESS	-	-	(2.689)	-	(6.583)
CDE	(70)	-	-	-	-
Amortização CVAs	(2.351)	(2.927)	(2.040)	(1.183)	(258)
Rede Básica	(507)	(2.523)	(1.759)	(1.019)	(222)
Compra de Energia	(282)	(36)	(25)	(15)	(3)
CCC	(8)	-	-	-	-
CDE	-	(363)	(253)	(147)	(32)
ESS	(1.553)	-	-	-	-
Proinfa	-	(5)	(3)	(2)	(0)
Neutralidade Parc. A	(1.736)	(2.657)	(1.783)	(951)	(78)
Reembolso CCC	-	-	(31.699)	(16.909)	(1.388)
Outros Ativos Regulatórios - Outros	(5.244)	(71.318)	(30.762)	(89.094)	(46.577)
Outros	(5.244)	(71.318)	(583)	(65.857)	(30.981)
Exposição Financeira	-	-	(14.601)	(14.928)	(14.914)
Sobrecontratação	-	-	(2.274)	(1.213)	(100)
RGR	-	-	(1.572)	(838)	(69)
Subvenção CDE	-	-	(11.732)	(6.258)	(514)
Saldo Final	(11.921)	(76.902)	(68.972)	(108.137)	(54.885)

ATIVOS REGULATÓRIOS	2T13	3T13	4T13	1T14	2T14
Ativos Regulatórios	235.607	175.850	192.456	297.962	479.169
Passivos Regulatórios	(11.921)	(76.902)	(68.972)	(108.137)	(54.885)
Ativo Regulatório Líquido	223.686	98.948	123.484	189.825	424.285
Total	223.686	98.948	123.484	189.825	424.285

5. ENDIVIDAMENTO

No 2T14, o endividamento total consolidado da Companhia, incluindo os encargos, atingiu R\$ 1.686 milhões, 13,0% superior ao endividamento registrado ao final do 1T14, de R\$1.492 milhões.

5.1. PERFIL DA DÍVIDA

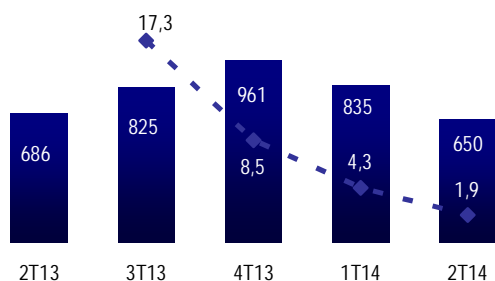
Situação da Dívida Bruta

Vencimento	2T14	%	Indexador	2T14	Custo Médio (a.a.)	Prazo Final Médio (mês/ano)	Prazo Médio (em anos)	Part. (%)
Curto Prazo	395	23,4%	Pré Fixado (US\$)*	359	4,2%	out/20	6,4	21,3%
Longo Prazo	1.291	76,6%	Libor Semestral	17	2,8%	abr/24	9,9	1,0%
2015	185	11,0%	Libor Trimestral	169	3,3%	nov/15	1,4	10,0%
2016	11	0,7%	Moeda Estrangeira	544	3,9%		5,0	32,3%
2017	10	0,6%	TJLP	1	9,7%	abr/16	1,9	0,1%
2018	8	0,5%	CDI	212	10,9%	jan/15	0,6	12,5%
2019	12	0,7%	Pré fixado (R\$)	654	5,7%	nov/26	12,6	38,8%
2020	8	0,5%	RGR	71	6,9%	mai/23	9,0	4,2%
2021	29	1,7%	IGP-M	203	7,2%	set/34	20,5	12,1%
2022	56	3,3%	Moeda Nacional	1.142	7,0%		11,5	67,7%
2023	52	3,1%	TOTAL	1.686	6,0%		9,4	100,0%
2024	88	5,2%	*Dívida com sw ap para CDI					
2025	48	2,9%						
2026	27	1,6%						
2027	73	4,3%						
2028	158	9,4%						
2029	72	4,3%						
Após 2029	455	27,0%						
TOTAL	1.686	100,0%						

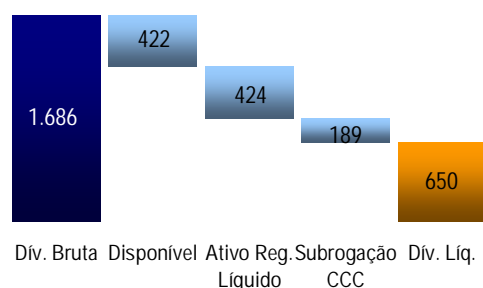
Após a reestruturação, entendemos que o perfil de vencimentos da CELPA é confortável, uma vez que 23,4% (ou R\$395 milhões) vencem no curto prazo, volume menor que as disponibilidades de caixa que somavam R\$422 milhões no encerramento do 2T14, e 76,6% (ou R\$1.291 milhões) vencem apenas a partir do terceiro trimestre de 2015. O custo médio da dívida atualmente está em 6,0%, equivalente a 62% do CDI dos últimos 12 meses.

A dívida líquida, considerando as disponibilidades, os ativos regulatórios líquidos e a sub-rogação de CCC, atingiu o montante de R\$650 milhões no 2T14, queda de 22,2% na comparação com o encerramento do 1T13.

Dívida Líquida (R\$MM) e Dívida Líquida/ EBITDA Regulatório (Últ.12 meses)



Conciliação da Dívida Líquida (R\$MM)



6. INVESTIMENTOS

6.1. INVESTIMENTOS DA CELPA

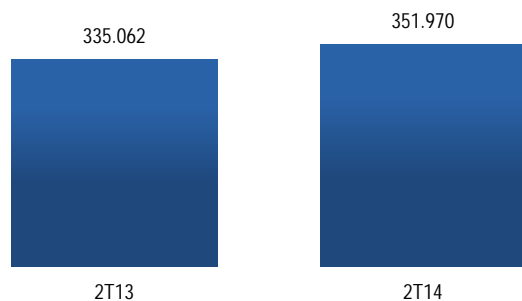
	2T13	1T14	2T14	Var.	1S13	1S14	Var.
Manutenção da Rede	-	9	4	N/A	8	13	58%
Expansão e Melhoria da Rede	64	48	91	42%	135	138	2%
Equipamentos e Sistemas	2	15	9	365%	2	25	944%
Universalização	-	16	-	N/A	-	16	N/A
Proj Espec - (Subrogação CCC)	4	2	2	-46%	6	4	-39%
Outros Investimentos	21	9	40	93%	21	49	129%
Total	90	99	146	62%	174	245	41%

Os investimentos da CELPA, excluindo os investimentos diretos relacionados ao PLPT, totalizaram R\$146 milhões no 2T14, representando um aumento de 62,2% em relação ao 2T13.

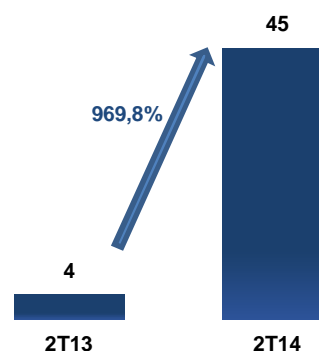
6.2. INVESTIMENTOS NO PROGRAMA LUZ PARA TODOS (PLPT)

Ao final do 2T14, foi alcançada a marca de 352 mil clientes ligados à rede de distribuição de energia elétrica da CELPA através do PLPT, gerando um benefício direto a praticamente 1,7 milhão de habitantes no Estado do Pará. O PLPT já está presente em todos os 144 municípios paraenses, contribuindo para o desenvolvimento de áreas isoladas dos aglomerados urbanos e para a geração de renda nestas localidades. Ao longo do 2T14, o investimento direto no PLPT, que inclui gastos com materiais, fretes e serviços de terceiros, foi de R\$45 milhões.

Número de Clientes Ligados à Rede



Investimentos Diretos PLPT (R\$MM): Trimestral



7. EVENTOS SUBSEQUENTES

Reajuste Tarifário 2014

Por meio da Resolução Homologatória nº 1.769, de 05/08/2014, a ANEEL homologou o Índice de Reajuste Tarifário (IRT) médio de 26,14% (econômico), entretanto, considerando-se o efeito líquido da inclusão dos Componentes Financeiros na tarifa, o efeito médio a ser percebido pelo consumidor será de 34,96%.

A Agência também homologou, através de repasse da CDE, o valor mensal de R\$ 4.813 mil (período de agosto/2014 a julho/2015), referente a modicidade das tarifas e aos descontos tarifários, de acordo com o disposto no Decreto nº 7.891/2013.

O reajuste tarifário vigora do dia 07 de agosto de 2014 a 06 de agosto de 2015.

SERVIÇOS PRESTADOS PELO AUDITOR INDEPENDENTE

A Companhia não contratou da Ernst & Young, seu auditor externo, outros serviços além da auditoria independente e outros serviços relacionados por exigência da ANEEL. A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que principalmente determinam que o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os seus interesses.

As informações não financeiras da CELPA e as relacionadas ao Programa Luz para Todos (PLPT), assim como as referentes às expectativas da administração quanto ao desempenho futuro da Companhia, não foram revisadas pelos auditores independentes.

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Eduardo Haiama
Diretor de Relações com Investidores

Thomas Newlands
Relações com Investidores

Renato Parentoni
Relações com Investidores

Telefones: +0 XX (21) 3206-6635 / 6607
E-mail: ri@CELPA.com.br
Website: www.CELPA.com.br

AVISOS

As declarações sobre eventos futuros estão sujeitas a riscos e incertezas. Tais declarações têm como base crenças e suposições de nossa Administração e informações a que a Companhia atualmente tem acesso. Declarações sobre eventos futuros incluem informações sobre nossas intenções, crenças ou expectativas atuais, assim como aquelas dos membros do Conselho de Administração e Diretores da Companhia.

As ressalvas com relação às declarações e informações acerca do futuro também incluem informações sobre resultados operacionais possíveis ou presumidos, bem como declarações que são precedidas, seguidas ou que incluem as palavras "acredita", "poderá", "irá", "continua", "espera", "prevê", "pretende", "estima" ou expressões semelhantes.

As declarações e informações sobre o futuro não são garantias de desempenho. Elas envolvem riscos, incertezas e suposições porque se referem a eventos futuros, dependendo, portanto, de circunstâncias que poderão ocorrer ou não. Os resultados futuros e a criação de valor para os acionistas poderão diferir de maneira significativa daqueles expressos ou sugeridos pelas declarações com relação ao futuro. Muitos dos fatores que irão determinar estes resultados e valores estão além da capacidade de controle ou previsão da Companhia.

Considerações acerca dos critérios contábeis:

As informações estão apresentadas de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, que estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), a partir das informações financeiras revisadas.

ANEXO 1 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (R\$ mil)	2T13	1T14	2T14	Var.	1S13	1S14	Var.
RECEITA OPERACIONAL	778.821	955.962	1.067.023	37,0%	1.516.656	2.022.985	33,4%
Fornecimento de Energia Elétrica	637.761	784.406	856.376	34,3%	1.277.108	1.640.783	28,5%
Uso da Rede	2.602	5.811	5.608	115,5%	6.870	11.419	66,2%
Suprimento de Energia Elétrica	55.082	27.157	8.668	-84,3%	55.082	35.825	-35,0%
Receita de Construção	76.835	124.861	181.175	135,8%	164.887	306.036	85,6%
Outras Receitas	6.540	13.726	15.195	132,3%	12.709	28.922	127,6%
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	(211.738)	(251.068)	(267.792)	-26,5%	(419.465)	(518.860)	-23,7%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	567.083	704.894	799.231	40,9%	1.097.191	1.504.124	37,1%
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(503.626)	(504.867)	(756.870)	-50,3%	(923.176)	(1.261.737)	-36,7%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(412.577)	(360.827)	(556.605)	-34,9%	(724.063)	(917.432)	-26,7%
Encargo Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	(14.213)	(19.179)	(19.090)	-34,3%	(34.226)	(38.269)	-11,8%
Custo de Construção	(76.835)	(124.861)	(181.175)	-135,8%	(164.887)	(306.036)	-85,6%
CUSTO/DESPESA OPERACIONAL	(116.866)	(153.375)	(134.139)	-14,8%	(244.776)	(287.514)	-17,5%
Pessoal	(33.584)	(38.152)	(39.112)	-16,5%	(68.401)	(77.265)	-13,0%
Material	(2.221)	(4.679)	(5.771)	-159,8%	(5.248)	(10.450)	-99,1%
Serviço de Terceiros	(73.113)	(73.724)	(85.345)	-16,7%	(140.255)	(159.069)	-13,4%
Outros	(3.477)	(9.482)	(8.168)	-134,9%	(9.413)	(17.650)	-87,5%
PMSO	(112.394)	(126.037)	(138.396)	-23,1%	(223.316)	(264.433)	-18,4%
Subvenção CCC	80.842	73.953	61.676	-23,7%	145.264	135.629	-6,6%
Materia prima p/ produção de energia elétrica	(66.424)	(80.833)	(45.275)	31,8%	(126.434)	(126.108)	0,3%
Provisões	(18.889)	(20.459)	(12.144)	35,7%	(40.290)	(32.602)	19,1%
EBITDA	(53.409)	46.651	(91.778)	-71,8%	(70.761)	(45.127)	36,2%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(5.886)	(5.854)	(6.990)	-18,7%	(6.635)	(12.844)	-93,6%
Depreciação e Amortização	(32.181)	(36.580)	(42.918)	-33,4%	(63.332)	(79.498)	-25,5%
RESULTADO DO SERVIÇO	(91.477)	4.217	(141.685)	-54,9%	(140.727)	(137.468)	2,3%
RESULTADO FINANCEIRO	(71.101)	(26.038)	(63.505)	10,7%	(85.232)	(89.543)	-5,1%
Receitas Financeiras	40.571	133.992	57.676	42,2%	92.464	191.669	107,3%
Despesas Financeiras	(111.672)	(160.030)	(121.182)	-8,5%	(177.696)	(281.212)	-58,3%
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	(162.578)	(21.821)	(205.190)	-26,2%	(225.960)	(227.012)	-0,5%
Impostos Diferidos	1.585	(8.942)	8.942	464,2%	8.358	-	100,0%
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(160.993)	(30.764)	(196.248)	-21,9%	(217.603)	(227.012)	-4,3%

ANEXO 2 – DRE REGULATÓRIO X SOCIETÁRIO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (R\$ mil)	2T13		2T13	2T14		2T14
	Regulatório	Ajustes	IFRS	Regulatório	Ajustes	IFRS
RECEITA OPERACIONAL	694.030	(84.791)	778.821	837.011	(230.012)	1.067.023
Fornecimento de Energia Elétrica	628.028	(12.336)	640.363	819.592	(38.905)	858.496
Suprimento de Energia Elétrica	55.082	-	55.082	(1.264)	(9.932)	8.668
Receita de Construção	-	(76.835)	76.835	-	(181.175)	181.175
Outras Receitas	10.920	4.380	6.540	18.683	(0)	18.684
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	(212.039)	300	(211.738)	(267.928)	136	(267.792)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	481.991	(84.491)	567.083	569.083	(229.876)	799.231
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(355.845)	132.030	(487.875)	(276.888)	462.285	(739.173)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(312.099)	59.897	(371.996)	(48.406)	277.885	(326.291)
Encargo Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	(78.394)	(4.701)	(73.692)	(15.864)	3.225	(19.090)
Custos de Construção	-	76.835	(76.835)	-	181.175	(181.175)
Recuperação de despesa (CDE)	18.897	-	18.897	(230.314)	-	(230.314)
Outras Despesas Não-Gerenciáveis	15.751	-	15.751	17.696	-	17.696
CUSTO/DESPESA OPERACIONAL	(132.617)	-	(132.617)	(151.835)	-	(151.835)
Pessoal	(33.584)	-	(33.584)	(39.112)	-	(39.112)
Material	(2.221)	-	(2.221)	(5.771)	-	(5.771)
Serviço de Terceiros	(73.113)	-	(73.113)	(85.345)	-	(85.345)
Provisões	(18.740)	-	(18.740)	(12.144)	-	(12.144)
Outros	(4.960)	-	(4.960)	(9.464)	-	(9.464)
EBITDA	(6.470)	46.939	(53.409)	140.360	232.137	(91.778)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	1.789	7.675	(5.886)	(3.996)	2.993	(6.990)
Depreciação e Amortização	(24.615)	7.566	(32.181)	(31.177)	11.741	(42.918)
RESULTADO DO SERVIÇO	(29.296)	62.181	(91.477)	105.186	246.871	(141.685)
RESULTADO FINANCEIRO	(74.582)	(3.481)	(71.101)	(64.806)	(1.300)	(63.505)
Receitas Financeiras	41.222	651	40.571	59.328	1.651	57.676
Despesas Financeiras	(115.804)	(4.132)	(111.672)	(124.133)	(2.952)	(121.182)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	(103.878)	58.699	(162.578)	40.381	245.571	(205.190)
Contribuição Social	-	-	-	2.369	-	2.369
Imposto de Renda	-	-	-	6.574	-	6.574
Impostos Diferidos	1.585	-	1.585	-	-	-
Incentivos Fiscais	-	-	-	-	-	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(102.293)	58.699	(160.993)	49.323	245.571	(196.248)

ATIVO (R\$ Mil)	2T13	3T13	4T13	1T14	2T14
CIRCULANTE	1.418.528	1.418.528	1.095.750	1.368.797	1.494.014
Caixa e equivalentes de caixa	130.611	99.760	109.294	63.316	191.955
Investimentos de curto prazo	223.228	276.625	130.106	199.492	230.403
Contas a receber de clientes	429.526	519.502	560.455	548.243	609.602
Estoques	10.474	10.455	13.944	17.036	22.112
Impostos e contribuições a recuperar	57.098	69.574	74.518	71.857	71.011
Impostos e Contribuições a Recuperar - ICMS				3.261	
Impostos e Contribuições a Recuperar - Outros				156.034	
Impostos sobre o lucro a recuperar	7.666	9.826	10.788	3.261	22.171
Aquisição de combustível - conta CCC	143.091	132.547	94.346	156.034	205.813
Depósitos Judiciais	90.081	1.245	1.395	484	553
Serviços pedidos	44.732	52.659	68.941	81.954	94.996
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	4.287	-	-
Recuperação de custo de energia e encargos	5.310	7.591	1.032	194.633	-
Outros Créditos a Receber	80.483	67.043	26.644	32.487	45.398
NÃO CIRCULANTE	3.184.749	3.353.607	3.373.986	3.431.428	3.465.106
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	928.134	1.104.681	1.075.891	1.109.218	1.251.959
Contas a receber de clientes - LP	29.696	33.543	34.932	47.826	60.578
Impostos e contribuições a recuperar LP	26.291	23.560	33.207	32.273	51.839
Impostos sobre o lucro a recuperar					32.823
Instrumentos financeiros derivativos NC			232	-	-
Impostos e contribuições a recuperar	43.804	43.803	24.716	30.932	
Depósitos judiciais NC	54.688	159.436	130.544	96.195	101.067
Ativo financeiro da concessão	489.847	514.599	600.544	650.052	750.721
Sub-rogação da CCC	216.520	231.332	185.688	186.813	188.774
Outros créditos a receber - LP	67.288	98.408	66.028	65.127	66.157
PERMANENTE	2.256.615	2.248.926	2.298.095	2.322.210	2.213.147
Investimentos	7.220	7.173	7.130	7.086	7.042
Intangível	2.249.395	2.241.753	2.290.965	2.315.124	2.206.105
TOTAL DO ATIVO	4.407.049	4.600.434	4.469.736	4.800.225	4.959.120

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (R\$ Mil)	2T13	3T13	4T13	1T14	2T14
CIRCULANTE	1.392.542	1.425.809	1.001.311	1.269.868	1.603.194
Fornecedores	457.085	425.483	477.143	634.376	695.315
Folha de pagamento e provisão de férias	15.711	18.330	33.721	22.533	27.886
Empréstimos e Financiamentos	376.621	384.740	10.683	107.225	394.512
Derivativos	-	-	-	2.797	11.092
Taxas regulamentares a pagar	16.406	22.215	365	667	668
Impostos e contribuições a recolher	170.242	188.648	198.217	227.718	187.159
Dividendos	30.043	30.043	-	-	-
Partes relacionadas	146.099	149.639	-	-	1.366
Pesquisa & Desenvolvimento e eficiência energ	44.757	48.754	53.735	58.434	63.723
Indenizações trabalhistas	20	20	-	20	20
Recuperação judicial	9.072	9.072	85.254	82.662	81.260
Outras contas a pagar	126.486	148.865	142.193	133.436	140.193
NÃO CIRCULANTE	3.073.029	2.699.802	3.074.348	3.167.046	2.882.861
Empréstimos e financiamentos - LP	1.131.006	1.144.944	1.523.627	1.384.985	1.291.193
Derivativos LP	-	-	-	5.740	7.779
Taxas regulamentares a pagar - LP	80.579	70.634	-	-	-
Impostos e contribuições a recolher - LP	350.619	326.511	299.503	280.400	261.330
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.175	-	-	-	-
Provisão para contingências	234.109	258.062	265.798	259.074	259.225
Pesquisa & Desenvolvimento e eficiência energ	57.575	58.815	60.090	61.547	63.107
Partes relacionadas - LP	685.699	257.266	416.147	426.109	536.270
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	50.000	50.000	295.000	-
Plano de aposentadoria e pensão	33.965	33.965	25.533	25.533	25.533
Recuperação judicial - LP	406.602	408.596	332.620	310.144	291.916
Outras contas a pagar - LP	91.700	91.009	101.030	118.514	146.508
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(58.522)	474.823	394.077	363.311	167.065
Capital Social	924.524	924.524	924.524	924.524	924.524
Reserva de reavaliação	268.305	260.455	252.705	244.492	236.091
Outros resultados abrangentes	(4.291)	(4.291)	(4.291)	(4.291)	(4.291)
Lucros/Prejuízos Acumulados	(1.247.060)	(705.865)	(778.861)	(801.414)	(989.259)
Patrimônio líquido antes dos recursos p/futuro	(58.522)	474.823	394.077	363.311	167.065
Recursos destinados p/aumento de capital	-	-	-	-	306.000
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.407.049	4.600.434	4.469.736	4.800.225	4.959.120